



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 122

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2198
SECRETARIA GERAL	2199
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	2200

TAQUIGRAFIA

ATA DA 10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE CÂMERAS NAS ESCOLAS

Em 21 de junho de 2018

Presidência do Sr.
Hermínio Coelho - Deputado

(Às 15 horas e 36 minutos é aberta a A.P.)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores boa tarde! Sejam todos bem-vindos ao Poder Legislativo do Estado de Rondônia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Hermínio Coelho, realiza Audiência Pública objetivando discutir sobre o custo-benefício da implantação de câmeras de monitoramentos nas escolas municipais e estaduais.

Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública Excelentíssimo Sr. Deputado Hermínio Coelho, proponente desta Audiência Pública e o Deputado Jesuíno Boabaid. Excelentíssimo Sr. Dr. Procurador Francisco Silveira Aguiar - Procuradoria Geral do Estado, PGE; Excelentíssimo Sr. César Licório, Secretário Municipal de Educação - SEMED; Excelentíssimo Sr. Vereador Jurandir Bengala, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho; Excelentíssimo Sr. Vereador Jair Montes, Câmara Municipal de Porto Velho;

Excelentíssima Sra. Vereadora Ada Dantas, Câmara Municipal de Potro Velho; Sr. Paulo Tico Floresta, Presidente do Sindicato dos Vigilantes - SINTESV; Sr. Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Presidente das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia; Sr. Daniel da Silva, Presidente da Comissão de Vigilantes e autor da solicitação desta Audiência Pública. Pronto Sr. Presidente.

Sr. Presidente, gostaríamos de registrar e agradecer a presença do senhor Marinor Gomes Diretor Financeiro do SINTESVRO; da Sra. Josiane Beatriz Faustino, Gerente de Obras SEDUC; Sra. Alzira Barroso de Souza, Coordenadora da Escola NEB2, Núcleo de Educação Básica SEMED; Sr. Estefano de Souza, Gerente Operacional da Proteção Máxima; Sra. Camila Ribeiro, gerente Administrativo da SEDUC; Senhores e senhoras Vigilantes do Município de Porto Velho; Senhora Isabel Cristina, Coordenadora Pedagógica Escola Três Pontas de Lápis; Senhora Ivonete de Farias, Gestora da Escola de Ensino Fundamental e Médio Maria Nazaré dos Santos em Jaci-Paraná; Senhor Antônio Ribeiro, representando a FECOMÉRCIO; Senhora Joana Joanora das Neves, Presidente do CDL; Capitão Antunes Silva, Diretor do Colégio Tiradentes do Distrito de Jaci-Paraná; Senhor Tatiano de Vasconcelos, Diretor da Escola Estadual Paulo; Senhor Benedito Antônio, autor da Comissão desta Audiência Pública; Senhor Haroldo Costa, representando os Empresários de Segurança Privada do Estado de Rondônia; Sr. Ivanildo Gonçalves, Diretor do Sindicato dos Vigilantes; também registramos a presença dos alunos da Escola General Osório do Distrito de Calama, acompanhados da senhora Shirlane, Chefe do NAC, Núcleo de Apoio das Escolas do Baixo Madeira - SEDUC. Pronto Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Boa tarde a todos! Agradecer a todos que foram convidados e que estão aqui presentes; agradecer aos nossos Vereadores, o Jair Montes e a vereadora Ada; também o nosso Procurador aqui do Estado aqui Francisco Silveira, obrigado, Procurador, por estar presente; o nosso Presidente do Sindicato dos Vigilantes, o nosso Paulo Tico, o Daniel que é da Comissão de Vigilantes que estão desempregados, que foi ele e outros companheiros que vie-

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretaria: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

ram ao gabinete pedir para que a gente chamasse essa Audiência e convidasse todas as autoridades para a gente discutir essa questão, principalmente da volta dos vigilantes nas escolas do Estado. Agradecer a todos aqui; tem o nosso conterrâneo ali que está representando aqui as empresas de vigilâncias, deixar ver se tem seu nome aqui, é o Francisco de Assis Bezerra, não é isso? Meu conterrâneo lá do Pernambuco, Daniel Silva; eu não sei se estou esquecendo alguém aqui que está na Mesa, eu acredito que não. Agradecer a todos os vigilantes, todos os trabalhadores vigilantes, todos que estão na ativa, os que estão desempregados. Agradecer a todos os servidores do município, servidores do Estado que estão aqui presentes. A intenção nossa é que seja discutida nesta Audiência, exatamente, essa situação. Nós sabemos que de 2013, final de 2013, que foi desativado, a partir do momento que o Estado tirou os vigilantes das escolas, toda a problemática que veio; que começou a acontecer nas escolas, principalmente, no sentido de furto, de roubo, de violência, de depredação, de vandalismo. Aqui eu tenho algumas matérias aqui de algumas escolas que é interessante: Escola Professora Eloísa Bentes Ramos registra o 22º furto, 22 roubos, furtos.

“Escola de Porto Velho é furtada pela 6ª vez em menos de 09 meses. Escola é invadida pela 8ª vez, e tem sala de aula incendiada em Rondônia”. Aqui só são algumas aqui, que o pessoal trouxe essas matérias de jornal. “Escola Estadual de Porto Velho é furtada pela 9ª vez em 08 meses. Escola é invadida e furtada pela 10ª vez em 11 meses em Rondônia. Escola é invadida e saqueada pela 12ª vez em 11 meses em Porto Velho. Computadores e celulares são furtados de escolas em Ariquemes”. E tem mais, aqui a gente está colocando só algumas situações que chamaram mais atenção, sem contar o vandalismo, a depredação, a bagunça, porque os nossos vigilantes, e importante que antes quando tinha os vigilantes nas escolas não tinha isso, não tinha essa quantidade de furtos ou de depredação, ou de vandalismo, ou de qualquer tipo de... Foi uma ideia infeliz na época, nós sabemos que em 2013, uma das questões que fez o Governo Confúcio na época e os empresários, principalmente, o Expedito Júnior, que era o detentor da maior parte do contrato, foi exatamente por que eles elevaram muito o contrato. Em 2010, esse contrato de vigilância das escolas do Estado não chegava a 20 milhões. E em 2011, quando o Confúcio assumiu; ele elevou esse contrato para quase cinquenta e poucos milhões, quase sessenta milhões de reais. Em 2011, 2012 mantiveram o contrato tranquilo; final de 2013, teve toda uma... Primeiro o Confúcio e o Expedito se desentenderam politicamente, e também teve a situação do próprio SINTERO, porque esse dinheiro sai do percentual dos 25% da Educação. O que foi que houve com isso? Na época inflacionaram demais o contrato e terminou de forma irresponsável, porque da forma que o Governo encerrou o contrato da vigilância nas escolas e da forma que foi feito, foi de forma irresponsável. Jamais o contrato poderia ser cessado da forma que foi e deixaram as escolas todas a mercê da sorte. E na época teve todo um desentendimento, que inclusive tentaram jogar até que eu era o culpado pelos trabalhadores estarem perdendo o emprego nas escolas, e a gente sabe que teve, tinha tanto rolo naquele contrato e terminou sobrando para os trabalhadores, que se o Governo mantém... Se tivesse levado, mantido o contrato nas escolas, se ele não inflaciona tanto o

contrato, eu tenho certeza que talvez, esse contrato nunca tivesse acabado. E na época, o Jesuíno estava até me lembrando, aqui na época qualquer situação que os trabalhadores da Educação pediam qualquer tipo de reposição salarial, qualquer coisa parecida, sempre o Governo alegava que não podia, inclusive, a Educação, muitas vezes o SINTERO cobrava isso, questionava esse valor do contrato da vigilância que tinha sido..., eles tinham inflacionado, ele tinha aumentado demais. O que a gente quer hoje e o que a gente quer discutir hoje aqui? E no final a gente encaminhe ao Governo do Estado. Eu já conversei isso pessoalmente com o Governador Daniel Pereira, já conversei com o pessoal da Educação, com a Secretária, o pessoal da Seduc, conversei com o Miranda, o pessoal do governo e todos sabem da necessidade, que tem que voltar os vigilantes. Esse negócio de monitoramento eletrônico pode até ajudar, mas, ele não resolve nada. Jamais uma câmera eletrônica, um vídeo de monitoramento vai substituir um trabalhador vigilante no posto de trabalho ou então um policial militar na rua. Não vai nunca, não adianta eles quererem trocar esse tipo de coisa pelo trabalhador porque isso não dá certo. E aqui eu quero agradecer o município, está aqui o nosso Secretário de Educação do município, é lógico que teve toda uma ação, é lógico que o município queria copiar essa ação infeliz do Governo do Estado e graças a Deus, até com intervenção do próprio Tribunal de Contas, parece que voltaram atrás e os nossos trabalhadores aqui do município mantém. A gente agradece aos nossos Vereadores e o nosso Secretário de Educação, que está aqui presente, do município, infelizmente eu não sei se a Secretária de Educação do Estado, está aqui a Secretária? Não está. Nós convidamos todos, convidamos a bancada federal, convidamos o Governador, Vice-Governador, Vice-Governador não tem, mas, convidamos o Chefe da Casa Civil, infelizmente eles não estão aqui, mas tudo o que a gente discutir aqui, a gente vai levar para o governo. E o que a gente quer é que todo mundo abraça esta causa, para cobrar do governo. Hoje o governo alega, tudo alega questão financeira. Não precisa voltar à segurança armada, a segurança para as 470 escolas de uma vez. Pode ir trazendo aos poucos, para não dar um impacto muito grande, se a questão é essa. Inclusive o Marinor me passou aqui, já tem escolas que já estão voltando. Têm pelo menos três escolas aqui, a Lydia Johnson, a Luis Teixeira e Eloísa Bentes já tem a vigilância devido à violência e a esculhambação da falta de segurança nessas escolas. E, é lógico, que têm outras escolas que precisam urgente e a intenção nossa aqui é que esta Audiência Pública contribua no sentido de a gente exigir do Estado, inclusive, eu estava até discutindo aqui com o Deputado Jesuíno, a questão de uma legislação, é lógico, que essa legislação, o ideal seria vir do próprio Executivo, e nem precisava de lei. O Executivo colocar, trazer de volta a vigilância para as escolas, para o Governo do Estado, trazer vocês, nossos vigilantes para as escolas não precisa de lei. Só precisa vontade política e responsabilidade, respeito com as escolas, com os pais, com os alunos e principalmente com os nossos trabalhadores vigilantes, que têm aí milhares no nosso Estado, desempregados e aí prontos para trabalhar.

Eu vou começar aqui pelo nosso Presidente do Sindicato, Paulo Tico.

O SR. PAULO TICO FLORESTA – Boa tarde a todos. Eu queria cumprimentar todos da Mesa, em nome do nosso Deputado Hermínio Coelho. Agradecer a presença de todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui presentes, e antes de fazer uma fala aqui, Deputado Hermínio, eu não sei quanto tempo eu vou ter, porque sindicalista fala muito, sabe disso porque o senhor foi sindicalista.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, depois, dependendo da quantidade de gente que tiver inscrita, porque aqui a gente vai garantir a fala de todos que se inscreverem, além da Mesa, vocês que estão lá na galeria, vocês que estão aqui no plenário, à gente vai garantir. Ai nós vamos limitar, mas você, Paulo, como Presidente do Sindicato, você pode, tem um tempo...

O SR. PAULO TICO FLORESTA – Ok. Eu só queria, primeiramente, Secretário César Licório, hoje pela manhã, nós estivemos reunidos na Secretaria Municipal de Educação com o Secretário César Licório, por que, qual o motivo dessa reunião? Os trabalhadores, assim como em 2013, fomos surpreendidos com o fim do contrato. Vocês sabem disso, o pessoal que trabalha na empresa que presta serviço para o município de Porto Velho, que é a HR e a Columbia, com a possibilidade da retirada desses companheiros, das companheiras dos seus postos de trabalho. E nós travamos uma briga, uma briga no bom sentido, de mostrar para o gestor, que é o Prefeito municipal do município de Porto Velho, o que aconteceu exatamente, Deputado Hermínio, com o Estado de Rondônia. Enfim, fizemos a denúncia no Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal deu uma decisão para cancelar aquele contrato com a empresa de monitoramento. E hoje nós estivemos, pela parte da manhã, com o Secretário César Licório, que nos garantiu que durante ele ser Secretário do município de Porto Velho, ele vai lutar. É lógico que a palavra final não é dele, ele é o Secretário, mas, existe o Chefe dele, que é o Prefeito, mas que está trabalhando. O que eu posso garantir para vocês, que 90% eu tenho certeza, César, que daqui mais uns 15 dias nós vamos ter o prazer, a honra de comunicar para os trabalhadores que o contrato dessas empresas que prestam serviço para o município de Porto Velho vai ser renovado. Então eu queria agradecer ao César, o Secretário, por esse esforço e manter os trabalhadores, vocês trabalhadores nos seus postos de trabalho. Está ok César! Então, eu queria agradecer e parabenizar pelo seu desempenho.

Então Deputado, parabenizar, e o Daniel, que é um colega que está desempregado já alguns anos, foi demitido da Empresa Columbia Segurança, já está com uns 5 anos ou mais e ficou um tempo, voltou e já está desemprego alguns anos. Então, eu sei que o desespero não só do Daniel, companheiros, mas, sim de todos os trabalhadores, Deputado Hermínio só para ter uma ideia, nós tínhamos na nossa base 7.000 trabalhadores no Estado de Rondônia com a perda dos Postos de Trabalho diminuiu 2.000, mais não é 2.000. Vocês imaginam aqueles companheiros que estão lá em Pimentieras, que estão lá em Costa Marques, que estão em Machadinho, foram 2.000 diretamente, mas, indiretamente uma média de 5.000 pessoas ficou a ver navios.

Então pessoal eu queria de antemão agradecer também a Vereadora Ada Dantas, são três pessoas que eu sei que tem compromisso com a categoria dos Vigilantes: o Deputado Hermínio Coelho, porque ele aprovou aqui uma briga nossa, não é Deputado Hermínio? A proposta pelo Deputado Hermínio Coelho, os Vigilantes dos Bancos 24 Horas, nós não podemos esquecer, já está aprovado, foi uma briga que nós travamos aqui, conseguimos quebrar o Veto do Governador e essa Lei foi aprovada, mas, ainda não está verdadeiramente sendo cumprida, nós não podemos deixar cair no esquecimento, já fizemos o que nós tínhamos que fazer, que era denunciar nos órgãos competentes.

A Vereadora Ada Dantas propôs a Lei para o Município de Porto Velho, que ela é Vereadora, Vigilante nos Bancos 24 Horas. Então, a dela é a mais recente, mas, nós temos que fazer cumprir. E o Jair que fez a Lei que proíbe a substituição do ser humano pelas câmeras. Então, essas três pessoas aqui que estão aqui presentes, estão de parabéns e verdadeiramente estarem do nosso lado, do lado dos trabalhadores, está pessoal, é bom a gente registrar isso.

Mas veja bem, o que aconteceu, Deputado e os senhores que compõem à Mesa. Em 2013 o Deputado Hermínio já falou aí, eu acho que o ser humano não existe coisa mais importante do que a vida, não tem lógica eu não gostar do Deputado Hermínio e ter o poder da caneta, ser um Governador e prejudicar não só 5.000 pessoas, mas, sim a população do Estado de Rondônia todo em modo geral. Por quê? Com aquele ato do Governador aquele momento todos os alunos, os trabalhadores das escolas ficaram a ver navios, desamparados, e o que é que vocês estão vendo aí? O Deputado Hermínio acabou de apresentar aqui para vocês, pessoal, são coisas absurdas que estão acontecendo e nós como Sindicato e o Deputados como representantes do povo, temos que tomar sim uma medida, uma postura para que o Governador reveja essa situação. É inadmissível que aconteça o que está acontecendo hoje nas escolas. As escolas, Deputado Hermínio, eu sempre dou minha esposa como referência, por quê? Ela é funcionária pública, é professora da Escola Flora Calheiros há 20 anos, vocês sabem que a Flora Calheiros acabou de passar por uma reforma, instalaram 46 câmeras, já levaram as 46 câmeras. É um absurdo o que acontece. Quem está vigiando o colégio é o pipoqueiro, ele vende pipoca até 23h00 quando acaba a aula, ele guarda o carrinho de pipoca dele e dorme na escola. Olha a irresponsabilidade, Deputado, vocês imaginam se os bandidos invadem aquele colégio e mata esse pipoqueiro, o que é que vai acontecer com o Diretor, com o Secretário, com o Governador? Então pessoal, eu poderia ficar falando aqui a tarde toda, mas, vou deixar para os companheiros também falarem. Mas, enfim, hoje os Deputados, a sociedade de modo em geral, nós podemos dizer que estamos com a faca e o queijo nas mãos, porque eu tenho aqui, Deputado, a decisão do Tribunal de Contas do Estado, o acórdão que foi feito e lá em 2013 o próprio Tribunal de Contas recomendou ao Secretário que não fizesse, não cancelasse o contrato do jeito que foi feito. E o Secretário não obedeceu, foi multado, e o Tribunal de Contas ele deu um prazo de 120 dias agora já, agora, ouviu Deputado, dia 21.02.18, o que é que diz? Que o Secretário, o Governo do Estado tem 120 dias para apresentar o estudo da viabilidade da volta dos vigilantes para as escolas. En-

tão, o que está faltando? O próprio órgão fiscalizador do Estado está dizendo que há necessidade, por que pessoal? Porque a falta do vigilante, do ser humano lá nas escolas está causando enormes prejuízos ao erário público, o órgão que fiscaliza as contas do Estado está dizendo isso, gente. Então, nós não podemos perder tempo, nós temos que cobrar do Secretário, do Governador esse estudo, e nós já nos colocamos à disposição, tenho certeza que não só o Sindicato dos Trabalhadores, mas, também o Sindicato da Empresa que está aqui; que é o Senhor Francisco estamos à disposição para debater, para discutir esse assunto. O Deputado Hermínio, falou agora a pouco, o que aconteceu naquela época. Naquela época, e na época quem era o Secretário da Educação do Estado de Rondônia, era exatamente o senhor César Licório, foi ele que implementou, se foi feito algo errado, eu tenho certeza que não foi ele que fez, ele só gerou emprego, ele só gerou renda. Eu sempre digo, Deputado, o dinheiro é para ser gasto, esse dinheiro, ele vem do Governo Federal, ele tem que ser bem gasto, não tem que economizar. Porque nós temos que analisar o custo-benefício; o benefício social eu acho que não tem preço porque é segurança dos alunos. Hoje está lá o colégio totalmente vulnerável, é traficante vendendo droga, é prostituição, é tudo, e eu tenho certeza que com vigilante lá nessa escola não acontece isso. Então, Deputado, eu agradeço o convite, nós vamos estar à disposição para debater, para discutir. Hoje, nós temos uma Lei 13.467, que é da Reforma Trabalhista, que por si só Deputado, já vem tirando vários direitos dos trabalhadores. Então, como fazer? Debater se não tem como colocar os vigilantes, 24 horas no Estado todo; vamos começar colocar noturno, vamos colocar noturno em SDF, que é sábado, domingo e feriado como era o contrato antes, que o senhor acabou de falar aí, depois que onerou, porque ficaram 24 horas em todo o Estado. Vamos fazer uma licitação, vamos colocar por lote, para não ficar o monopólio numa empresa só, para evitar o que aconteceu há cinco anos, que um político não gostava de outro, que a empresa era de um irmão de um político, e aí: "não, vou cortar o contrato para minar esse político". Tem como a gente debater, tem como a gente discutir, e tenho certeza que não vai ficar caro. E o mais importante, gerar emprego para esses companheiros que estão desempregados, boa tarde a todos. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Paulo Tico. No final Paulo, a sua proposta, a gente vai colocar nos encaminhamentos. O que nós temos que fazer aqui? A partir de hoje esta Audiência Pública é a luta, é para que volte a vigilância para as escolas, se vai ser gradativamente, se vai ser à noite, vai ser nas escolas onde a violência é maior, enfim, mas, tem que começar voltar já, que as escolas não aguentam, não se sustentam sem os nossos vigilantes. E no final, a gente vai propor para se criar uma Comissão aqui, Paulo, dos envolvidos, de todos nós envolvidos aqui, Câmara de Vereadores, Município, Estado, Sindicato, Trabalhadores, Assembleia para a gente levar isso para o Governo, para a gente discutir isso na mesa com o Governo buscar de que forma a gente vai voltar à vigilância para as escolas.

Vou passar a palavra agora para o Daniel da Silva. Fique a vontade, Daniel.

O SR. DANIEL DA SILVA – Quero agradecer a presença de todos os companheiros aí, e eu Daniel, estava três anos e meio fora da farda, estou voltando agora e já estou na ativa. E criei uma Comissão de Vigilantes, nós criamos essa comissão Carlinho, Benedito da Silva, e Osmar, e procurei o Deputado Hermínio Coelho, para que nós marcássemos esta Audiência Civil Pública aqui nesta Casa. E respeito muito o trabalho do Deputado Hermínio Coelho, porque é um sindicalista de sangue, e o Deputado também, o Jair Montes é um guerreiro também, e todos que estão aqui presentes, a Vereadora também é uma sindicalista de sangue, a gente acompanha o trabalho dela, bate pesado, então, assim foi feito pessoal. Mas, os senhores sabem que já estavam seis anos, os colégios estão abandonados há mais de seis anos. Então, eu tive essa coragem de falar com esses meus amigos aí, procurar o Deputado Hermínio Coelho, para a gente marcar esta Audiência Civil Pública, porque não dá mais para aguentar. O sindicato pode atuar diretamente, mas, nós vigilantes atuamos indiretamente, nós não podemos esperar, porque nós vigilantes que estamos prejudicados; os alunos dos colégios e os professores são prejudicados. Então, senhores, a câmera não fala, a câmera não tem braços e essas câmeras estão sendo roubadas, o ladrão enche a barriga de comida e ainda está dando tchau para a câmera e ainda está levando as câmeras dos colégios. Esses dias o Colégio Mariana, os alunos estavam pedindo a volta dos vigilantes, muitos protestos nesse colégio, foi roubado 20 vezes e esses dias agora foi roubado mais 4 vezes. Então está feio, companheiro, a situação está feia, tem muitos vigilantes fazendo curso, estão desempregados, então nós temos que fazer alguma coisa, esperamos que os Deputados olhem isso com carinho porque não dá mais para aguentar. Eu rodo aí na cidade toda e estou vendo como está a situação, o professor tem medo de denunciar, não sei por que, mas, tem medo, e os alunos estão aterrorizados, que não estão aguentando mais, então estão esperando acontecer uma tragédia? O aluno entrar com uma faca no colégio, se o vigilante estiver lá, ele vai com certeza inibir um mal maior, que o aluno não venha furar 3, 4 pessoas no colégio se o vigilante estiver lá. A câmera infelizmente é só um suporte do vigilante, o vigilante uma hora é da caça, outra é do caçador, o vigilante foi muito criticado, mas, isso é normal, a pessoa que critica o vigilante é porque não é da classe ou não tem noção do que está falando. Porque a Polícia Militar também, o Deputado aqui que é sindicalista, que representa a Polícia Militar sabe que o policial também tem enfrentamento com bandido, por que o vigilante também não vai ter enfrentamento? Esses dias um vigilante aí conseguiu, teve um assalto, foi um tiroteio terrível, mas, ele conseguiu intervir, o vigilante só é pego, pessoal, quando ele é pego de surpresa, não é toda vez, vamos olhar o lado positivo, esse negócio de olhar só o lado negativo, vamos olhar o lado positivo que o vigilante também consegue pegar o bandido de surpresa e consegue intervir em muitos assaltos nesses colégios aí. Então eu agradeço a presença de todos os vigilantes e a gente vai procurar o Deputado para que se crie uma lei aqui também para que o Governo não tire mais os vigilantes do colégio e a gente espera que o próximo governador olhe com carinho a situação da nossa classe, que traga os vigilantes de volta, que aí o voto do vigilante com certeza vai reconhecer, nós temos o poder do voto. Então governador olhe

com carinho para a nossa classe. Eu agradeço a todos os vigilantes que vieram.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Daniel, obrigado Daniel. Falando de lei, o Deputado Jesuíno já está com o livro na mão aqui, já está estudando aqui de que forma a gente vai achar um meio também para..., se a gente não conseguir convencer o Governador Daniel Pereira; a gente vê de que forma a gente faz uma legislação para obrigar, mas, eu acredito que a gente vai conseguir convencer o nosso Governador Daniel, que antes de assumir eu tinha uma expectativa muito grande, depois que o Daniel assumiu infelizmente eu não sei o que está acontecendo, eu estou meio preocupado porque parece que o nosso Daniel está meio devagar, não é você Daniel, é o nosso Governador, mas a gente vai dá uma injeção nele de ânimo, principalmente fazendo isso, o que o Governador tem que fazer é isso, assumir o Estado e uma das coisas que ele tinha que fazer urgente é trazer a vigilância, começar a voltar essa vigilância para as escolas, tudo que o Confúcio fez de errado lá atrás, ele começar a consertar, e tudo que o Confúcio fez, que deixou errado no Governo, ele mudar, que não mudou ainda, tem um monte de coisas erradas aí, ele tinha que desfazer o que o Confúcio fez, que deixou, que continua e essa volta dos vigilantes era obrigação. Como tem questão financeira, vamos discutir, não dá para trazer todos de uma vez? Vamos trazendo por etapas até atender todas as escolas do nosso Estado.

Agora eu vou passar a palavra para o nosso Vereador Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Deputado Hermínio Coelho proponente desta Audiência Pública, em seu nome eu quero cumprimentar o Deputado Jesuíno Boabaid, um Deputado bem atuante nesta Casa; Excelentíssimo Sr. Procurador Francisco Silveira, Procurador do Estado de Rondônia – PGE; Excelentíssimo Sr. Professor César Licório, amigo pessoal, parabéns Professor César por assumir a Educação Municipal do Município de Porto Velho; a minha amiga ali no parlamento Excelentíssima Vereadora Ada Dantas Boabaid, tem sido uma guerreira naquela Casa, e também aquilo que o Presidente Tico falou uma defensora também dos trabalhadores e dos trabalhadores da vigilância; Sr. Paulo Tico neste ato representando aqui o Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia; o Sr. Francisco de Assis Bezerra Fonseca, Presidente da Empresa de Segurança Privada do Estado; Sr. Daniel da Silva, Presidente da Comissão dos Vigilantes e autor também da solicitação dessa Audiência Pública, parabéns Daniel; Haroldo Costa por muitos anos atuou como empresário do ramo de vigilância, obrigado, eu sei também da sua importância, Haroldo, é também em prol do vigilante. Eu quero cumprimentar aqui Joanora, juntamente com o seu irmão Antônio que está aqui representando tanto o CDL como a FECOMÉRCIO, todo mundo, que está todo mundo unido, são os empresários do ramo privado do município de Porto Velho.

Senhoras e Senhores, eu fico feliz, Presidente Paulo, eu tive a honra de ser o autor da Lei de nº 965/17 que proíbe a administração pública que substitua a vigilância armada por câmeras de monitoramento. Nós não podemos, Deputado Hermínio, que foi Vereador naquela Casa na Câmara de Porto

Velho, nós não podemos jamais, este mundo está inverso, está ao contrário, o mundo da tecnologia. Nós estamos dando valor à tecnologia, às máquinas e esquecendo o principal de tudo que é o ser humano. E naquele momento eu me deparei no meu gabinete, Deputado Hermínio, com muitos e muitos vigilantes em Porto Velho das empresas chamadas HR que faz as vigilâncias das escolas municipais de Porto Velho e a Columbia que faz a vigilância de todas as outras instituições, que fora a Educação fazia também a Saúde e também todos os prédios do município de Porto Velho. E naquele momento apresentaram um modelo diferente ao Prefeito, o modelo de uma ata de Manaus que contemplava o monitoramento. E ali era uma coisa muito bonita, Paulo, que apresentaram para nós, ali colocava aquela câmera 24 horas e aquela câmera depois tinha ali um alarme, daquele alarme tinha um motoqueiro que chegava na hora que a escola fosse invadida, e ali tinha a filmagem, pegava o ladrão e prendia e estava tudo bem. E a gente entendeu que não era dessa maneira. E nós iríamos desempregar 900 pessoas diretamente. Que não eram só 900 pessoas, são mais de 3.000 pessoas, por quê? Além do cidadão, existe a família, existe uma esposa existem os filhos. E o mais agravante de tudo, Joanora, que as pessoas que atuam nesta área, são pessoas que tem mais de 35 anos, 40 anos. São pessoas que tem mais de 25 anos na empresa. Agora imagina você, o cidadão que trabalhou a vida toda na vigilância, que precisa do seu emprego, se dedicou, já tem 50 anos de idade e está desempregado. Vai arrumar emprego aonde, Deputado Hermínio? Vai arrumar emprego aonde, Deputado Jesuíno Boabaid? Nunca mais vai estar empregado. Depois que ele comeu o seguro desemprego, o FGTS que é baixo, vai passar fome. Então é isso, nós como políticos e gestores, nós temos que observar. Nós temos que fazer economia, faz-se economia em outros setores, mas, eu não posso fazer economia naquilo que não é economia. Porque assim como o Presidente Paulo Tico falou, nós temos o caos social. Eu fui visitar uma Linha, Deputado Hermínio, que Vossa Excelência conhece lá em Rio Pardo, e, eu falei com o Professor César Licório, hoje, e ali me deu uma grande tristeza.

Eu tenho dois filhos e os meus filhos estudam em escola particular. Mas, as crianças que estudam em escola pública precisam de um vigilante, que precisam de um transporte escolar, eles são os mais prejudicados. Quando se tem o transporte escolar, o Professor César Licório sabe disso, que não funciona, quando você tem uma vigilância que você chega à Escola e a Escola foi saqueada, levaram a bomba. Como é que vai fazer a alimentação para as crianças sem água? Então o grande prejudicado é a criança, porque ela vai voltar para casa. Daqui que o seguro cubra aquela bomba, Deputado Hermínio, a criança já perdeu mais de duas semanas de aula. E ela tem que trabalhar. Perde ela e perde o professor, porque quando chega o tempo de suas férias, tanto no meio do ano quanto no final do ano, tem que ficar repondo aulas. E o dinheiro é um dinheiro carimbado da Educação, como é um dinheiro carimbado da Saúde. E nós temos recursos próprios para a vigilância. Ninguém está inventando nada, Deputado Hermínio, o recurso próprio. E quando o Governo do Estado retirou mais de dois mil pais de famílias do Estado, ele cometeu o maior crime que poderia acontecer. Foi tão grave quanto fez o então Ex-Governador hoje Bianco, quando demitiu mais de 10.000 ser-

vidores públicos. Ele cometeu o mesmo crime que cometeu o Bianco lá atrás, quando tirou os vigilantes. E hoje eu tenho certeza, aqui tem muitos vigilantes que estão até hoje desempregados. Aqui está o Daniel que falou, há pouco tempo retornou para a farda. Não é isso Daniel? Mas foi um que sofreu. Então, parabéns Deputado Hermínio! Parabéns Deputado Jesuíno! Eu acredito que este momento é um momento, Procurador do Estado, que nós, através do Tribunal de Contas, que foi o Deputado Hermínio Coelho, que entrou e o Tribunal cancelou e nós ajudamos a Câmara com a Lei, nós conseguimos hoje uma grande notícia. Está aqui o Secretário César Licório. A vigilância de Porto Velho que por horas nós tínhamos perdido quase 500 empregos da HR, daqui a alguns dias será renovado por 12 meses. É isso, Secretário? Graças a Deus! 500 empregos garantidos. Em setembro, mais quatrocentos e alguma coisa, também da Columbia garantidos. Eu tenho certeza disso. Então parabéns! Que nós possamos neste momento, Deputados, conscientizar o Governador Daniel Pereira, que nós também já falamos com ele sobre isso, e ele é favorável. Se não tem condições de voltar tudo agora, mas se trabalha um projeto para se voltar aos poucos, que até o final do ano e com fé em Deus no Governo que vem, em 2019, nós possamos ter porque 100% das escolas estaduais, escolas municipais cobertas pelas pessoas que precisam e capacitadas e treinadas que são os nossos vigilantes. No mais, muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Valeu Jair, obrigado Jair. Parabéns Jair pela lei, eu estava até lembrando que aqui em Porto Velho tem cobrador de ônibus de 2009 para cá, graças a uma lei também, que a gente fez lá na Câmara obrigando, que a empresa não podia, os ônibus não podiam sair pegando passageiros sem o cobrador, a gente obrigou, mesmo com a tal da catraca eletrônica, teria que ter o cobrador. Por isso é bem criativa a tua lei, porque eles não podem substituir, nós estávamos até vendo aqui a questão de obrigar uma forma institucional, uma forma constitucional de obrigar o Estado, mas, no caso a tua lei não obriga o Estado a manter. Ela só diz o seguinte: que não pode trocar câmera, que é diferente, é mais difícil deles pegarem no vício de iniciativa, não é isso?

Passar a palavra agora para a Vereadora Ada Dantas.

A SRA. ADA DANTAS - Boa tarde a todos, já os cumprimentei aí quando cheguei. Quero também cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Hermínio Coelho cumprimentar o Deputado Jesuíno Boabaid que se faz presente hoje aqui, também prestando apoio aos vigilantes; cumprimentar o Procurador Francisco Silveira Aguiar, da Procuradoria Geral PGE; o Senhor Secretário de Educação da SEMED, César Licório; o Vereador companheiro, guerreiro também de parlamento, Jair Montes; o Vereador Jurandir Bengala foi anunciado, mas não está aqui presente, mandar meu abraço para ele também; Senhor Paulo Tico, Presidente dos Sindicatos dos Vigilantes; senhor Francisco, Presidente das Empresas, de Representantes das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia; e o Senhor Daniel da Silva, Presidente da Comissão de Vigilantes e autor da solicitação dessa Audiência Pública. Quero cumprimentar todos os guerreiros, mais uma vez, que estão aqui presentes hoje em nome do Daniel, que tomou a iniciativa e trouxe a

demanda aqui nesta Casa, para que todos pudessem estar hoje nesta Audiência Pública. Então eu queria mais uma vez, uma salva de palmas para o Daniel que está aqui nesta Mesa hoje.

Bom, gente, eu queria hoje trabalhar com números, porque quando a gente trabalha com números a gente leva para as autoridades competentes as informações necessárias para resolver o problema. Nós temos que abrir os olhos, abrir os olhos para as escolas que estão sendo assaltadas hoje. O Deputado Hermínio Coelho colocou muito bem aqui no início, são 22 furtos na Escola Eloisa Bentes; Capitão Cláudio mais de 50 ocorrências que foram registradas naquele local; Colégio Mariana, eu estive lá, mais de 20 ocorrências que foram registradas também, e dentre outras escolas mais que foram registradas ocorrências. Hoje o nosso foco qual é? Porto Velho, Porto Velho é o foco principal. Quero falar também sobre a questão da Lei que fiz 2.499, de 2018, de 22 de março, eu queria dizer ao Presidente do Sindicato, que ele pode mover uma ação civil pública em favor dos vigilantes que estão desempregados hoje. O que o senhor pode fazer, senhor Paulo Tico? Entrar com a ação civil pública, para que essa Lei, que o Deputado Hermínio Coelho aprovou aqui nesta Casa, que garante que esses vigilantes estejam nas agências bancárias 24 horas, seja executada. E aquela Lei que fiz na Câmara Municipal de Porto Velho, que hoje já está em vigor, também, seja executada. Então precisamos da sua atuação como Presidente do Sindicato agindo em favor dos vigilantes também. Foi julgada uma ADIN, lá no Rio Grande do Sul onde se tratou justamente essa Lei, justamente. É uma Lei municipal, onde faz valer o direito dos senhores dentro das agências bancárias. A PGE, o município entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e lá foi julgada improcedente. Então a sua ação não vai ser aventureira, Senhor Paulo Tico, vai ser uma ação que venha para beneficiar os vigilantes aqui da nossa Capital. Voltando ao assunto, que é o assunto do momento, que são os vigilantes nas escolas públicas, não tem o que se discutir quando nós levamos os números, não há o que se dizer mais, o que se discutir mais, a vigilância eletrônica não funciona, ela está funcionando sim, para poder fazer valer a droga do traficante, está fazendo valer o emprego daquele traficante que vai lá furta a câmera e troca por uma troca, fazendo valer os alunos utilizarem droga dentro da escola sem ter aquela vigilância que eu sei que os senhores faziam, os senhores faziam essa vigilância, ligava para a polícia, ligava para a patrulha escolar, ligava para a polícia comunitária. Nós sabemos que os olhos dos vigilantes nas escolas, eles são primordiais para a segurança dos alunos. Sabemos também que os olhos dos vigilantes nas escolas são primordial para a segurança dos alunos. Sabemos também que infelizmente, não foi só culpa do Governador, foi uma demanda da época do SINTERO, e que fez a negociação dos R\$ 18 milhões para poder ser revertido como benefício para os professores. Infelizmente foi uma medida descabida, que trouxe hoje esse caos, que é a insegurança nas escolas. Mas, eu quero propor ao Deputado Hermínio Coelho, ao Deputado Jesuíno Boabaid, que se faz presente aqui, que nós possamos fazer um levantamento, um mapeamento, que possam essas escolas hoje, que estão sofrendo, infelizmente, com essa demanda de criminalidade, com essas invasões, que possamos fazer um

mapeamento e garantir uma lei que possa aos poucos serem reabastecidas essas escolas. Não adianta a gente fazer, hoje, uma lei, querer obrigar o Estado a fazer 100%. É claro que nós não vamos conseguir tudo de uma vez. É o nosso sonho que todas as escolas do Estado possam ser guarnecidas com os vigilantes. Mas, qual é o nosso foco principal? Aquelas escolas que estão tendo problema hoje. Então, se é para deixar para o ano que vem, que possamos ir resolvendo aos poucos, e que aos poucos seja mapeado, e que aos poucos seja resolvido esse problema. Porque a nossa intenção é, além de trazer o retorno de trabalho para vocês, também trazer segurança para as escolas, que já foi percebido, já foi verificado e visto que não tem como manter a vigilância eletrônica. É um clamor de todas as escolas que eu fui; como o Colégio Mariana, onde os alunos fizeram protesto agora, recentemente. Nós estamos levando lá a Polícia Comunitária, patrulha escolar, mas é como a própria diretora colocou: “não adianta, minha filha, se não tiver um vigilante aqui à noite”. A Diretora clamando por vigilância. Então nós estamos juntos nessa causa. Podem contar com o apoio desta Vereadora, que eu sou Vereadora de todos os momentos. O pessoal diz assim: “Ada, tu está em tudo”. Eu sou Vereadora do povo, fui eleita para isso. Estou fazendo a minha obrigação também como parlamentar. Muito obrigada a todos, sejam todos bem-vindos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Vereadora Ada. A Ada falou muito bem. Aqui em Porto Velho, o município de Porto Velho, tem a lei estadual e tem a lei municipal que obriga as agências bancárias manter esses agentes, onde tem caixa eletrônica, esse negócio tudo aí, mantenha a vigilância armada 24 horas, de domingo a domingo, feriado e tudo. Infelizmente esses banqueiros são ruins de cela mesmo, mas tem aí, foi citado lá no Rio Grande do Sul, onde o Sindicato entrou com uma ação, lá é uma lei municipal. E aqui, Porto Velho tem a lei municipal e a lei estadual. E o Estado de Rondônia todo tem a nossa lei estadual, que até agora está em vigor, ninguém entrou com nenhuma Ação de Inconstitucionalidade contra a nossa lei, ela está vigorando, por isso, os bancos tinham que estar cumprindo. Por isso que é bom o sindicato, e nós mesmos, a sociedade, a Assembleia, a sociedade como um todo cobrar dos bancos, que além do emprego também segurança para a população, que precisa usar as agências de banco aí, principalmente à noite, nos feriados e domingos.

Passar a palavra agora para o nosso Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vou falar até para poder também colaborar com a discussão aqui. Em primeiro lugar agradecer a todos a presença. Para nós é um prazer enorme. Cumprimentar, em nome do Deputado Hermínio, toda a Mesa, até para a gente poder entrar no mérito dessa ação. Temos que fazer aqui uma retrospectiva das ações que foram tomadas por parte do Deputado Hermínio, a qual nós também tivemos participações efetivas nessas medidas. A exemplo da lei estadual que o Deputado Hermínio cita, eu fui o relator da matéria e defendi, inclusive, tinha seus assessores aqui, que trouxeram as ações de outros Estados, com argumento que seria constitucional. Essa lei que a Vereadora citou, eu posso dizer

para os senhores que foi aprovada pela Câmara de Vereadores, que eu quero parabenizar todos os Vereadores do município de Porto Velho, através dos Sindicatos, essa lei tem a garantia constitucional, é uma garantia que eu posso dizer para vocês que já foi, inclusive, discutida em sede de alguns Tribunais de Justiça, e que se mantém a sua constitucionalidade. O fato que quem pode, inclusive, Deputado Hermínio, o que está sendo debatido aqui, que está sendo discutido, é matéria para a gente chamar o PROCON, e já começar as fiscalizações em todas as unidades bancárias do município de Porto Velho. É a primeira medida, já de plano, se estão cumprindo a lei municipal, a lei estadual, enquanto não for derrotada, ou seja, ser suscitada a sua inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça julgar improcedente, ela também está em vigor. Dizer, quanto aos vigilantes, eu vou entrar no mérito dos vigilantes, o valor que foi discutido sempre nos debates aqui, das escolas, o qual também nós fiscalizamos, nós acompanhamos, é que seria feito, exemplo, a escola que fosse furtada, no outro dia seria feita a sua recomposição dos materiais que foram furtados. Tudo lenda, Deputado Hermínio, tudo mentira, tudo falácia. O que acontece nas escolas é que os Diretores e Vice-Diretores ficam oprimidos em falar a verdade, em falar à verdade o que está acontecendo. Eu por várias vezes fui fiscalizar algumas escolas, todos os Diretores com semblante de terror: “está tudo tranquilo”. Eu entrava nas salas: “cadê as câmeras daqui? Está com um probleminha”. Sabe aquele receio, o que aconteceu foi que não..., pensaram, que gostam de pensar muito, eu vejo muitos estudiosos no Governo, que estudam muito, mas, quando foi se colocar na prática, ar-condicionado, câmera de vigilância, merenda escolar sendo saqueada e outras, violência contra os alunos, tráfico de entorpecentes. A gente assistindo ali um colapso na educação e o princípio educacional é um direito de todos, consagrado na nossa Constituição Federal no seu art. 205, está lá dentro da Constituição Federal. E como é que um professor vai ter condições de ministrar uma aula em uma total insegurança? Os vigilantes têm o condão de garantir também, garantir também a aplicabilidade, ou seja, o exercício regular dos professores ali para ministração da aula. Eu analiso isso. O problema que nós temos uma guerra que surgiu de partidos, que na época era liderada pelo então, hoje, aliado principal do Prefeito do Município de Porto Velho, Exedito Junior, que tinha uma Empresa de vigilância, com isso houve uma ruptura e o Governo era PMDB, Confúcio Moura, e com essa guerra a qual, lembrem, lembrem, vamos fazer aqui uma lembrança, quando houve a notícia que Confúcio Moura poderia ser Senador e Exedito Junior ser Governador, Deputado Hermínio, houve essa ruptura. Não venha com essa balela, foi guerra política que atingiu os senhores de forma direta. Foi guerra política a qual também teve uma participação, como bem lembrou a Vereadora Ada Dantas, o Sindicato pediu uns valores para tentar dá algumas garantias, alguns direitos e ali também falou: “olha, eu vou tirar esses 18 milhões”, salvo engano, são 18 milhões, eu não sei se é total na íntegra, quem vai falar são os educadores, acredito que a educação vai estar presente também, vocês são da educação, não é isso? Vão poder falar com propriedade quanto foi esse contrato, quanto foi esse valor repassado para os professores, todavia, senhores, o que nós estamos lidando aqui é uma situação séria, é uma situação que nós temos que pensar, o Deputado Hermínio

está analisando aqui, eu também estou, fazendo um pensamento de uma forma também que não possamos fazer algo para criar esperança; falsas esperanças para vocês. Temos que sim, provocar o Tribunal de Contas, como já se manifestou, bem disse o Presidente do Sindicato o Paulo Tico, que o Tribunal de Contas por ser também um órgão que fiscaliza a contabilidade, ou seja, o orçamento financeiro do Estado, ele já diz que está sendo mal geridos os recursos financeiros ora repassados para a Educação. Nós temos que analisar todos esses pontos, ouviu Dr. Procurador, analisar uma forma também que possamos encontrar que essas escolas que estão sendo saqueadas, que estão sendo destruídas, e, outras escolas, é um frente, é um frentão, o Deputado Hermínio até propôs aqui para formar uma Comissão Mista, Câmara de Vereadores, Sindicatos e pessoas aqui, Secretário Municipal e Estadual para a gente ir para esse enfrentamento direto, ir buscar uma solução de forma inteligente, não é Deputado Hermínio, e que possa ser praticado e efetivado para os senhores. De antemão podem ter certeza, eu estou aqui ombreado com o meu companheiro também, Deputado Hermínio, sempre estive em todas as lutas com ele, inclusive, a gente está travando uma, senhores, a título de informação, a gente precisava desta Casa cheia, é uma que vai refletir de forma direta no Estado de Rondônia que trata da dívida do BERON, senhores, se essa dívida for assinada, se for novamente postergada por mais 30 anos, nós teremos um pagamento, um comprometimento dos recursos do Estado que poderá levar o caos o próximo governante, ao que vale ao final dessa dívida em R\$ 7 bilhões de reais, isso é um crime que estão fazendo com o nosso Estado, esse Governo Federal está cometendo um atentado contra nós, contra o Estado de Rondônia. Então, também eu peço Deputado Hermínio, depois um final, que todo cidadão de Rondônia participe dessa discussão, nós estamos aqui apurando através de uma Comissão, aí você pode perguntar: "mas, o que isso tem a ver com vocês"? Tem a ver sim. Está tirando recurso do Estado, está tirando emprego, está tirando uma série de ações governamentais. O crescimento do Estado vai zerar, tudo. Então, nós temos que estar sim nessa luta ombreados, juntos, para não permitir. A Assembleia Legislativa já está com Projeto aqui para aceitar ou não esses acordos que serão feitos, no caso, esses contratos novamente que dá o nome aí, estou chamando até de renegociação, que para mim isso aí é matar o Estado de Rondônia, no mais, muito obrigado mesmo podem ter certeza que estaremos juntos nessa luta também. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Deputado Jesuíno. E quando o Deputado Jesuíno fala a questão da dívida do BERON, essa dívida do BERON em 1995 era de R\$ 21 milhões, R\$ 21 milhões. O Raupp negociou em 30 anos; até 2014 nós pagamos quase três bi, Procurador, e ontem foi confirmado pela própria Procuradoria do Estado, Dr. Valdecir, estava aí e também o Secretário de Fazenda, o Ono, é Ono? É um japonês que tem esse nome estranho, mas, é gente boa, é japonês, mas, é gente boa. Nós já pagamos mais de dois bi, e agora o Governo está renegociando para pagar mais 30 anos para frente, 30 anos, são 360 parcelas, Secretário Licório, de 25 milhões/mês. Por exemplo, nós aqui com sei lá, eu acho que com 2 milhões/mês, nós voltariamos à vigilância para as

escolas, todinho; esses 25 milhões que é todo mês que eles vão tirar do Estado durante 30 anos, um mês daria, uma parcela daria para pagar praticamente, custear os vigilantes o ano todinho no Estado, nas escolas, por isso que tem muita a ver. Porque o Estado, quando eles saqueiam o Estado desse jeito, a mesma coisa esse pagamento da ponte lá de 30 milhões, uma ponte que já tinha sido feita e paga há 10 anos. Esse tipo de recurso, se não tivesse esse tipo de gente saqueando do Estado, porque a maior dificuldade hoje para a gente voltar os nossos vigilantes para as escolas, eu tenho certeza que é recurso, que ele sempre alega tudo, tudo é falta de recurso, falta recurso, falta recurso. E quando a gente consegue evitar que o Estado seja roubado desse jeito, a gente tem argumento. Inclusive, eu já levei isso para o Daniel, com relação à Polícia Militar, para chamar os remanescentes: "olha Daniel, nós estamos evitando que o Estado seja roubado aqui, isso aqui está sobrando um dinheirinho aqui". E a gente vai usar isso aqui também, porque isso aqui era para o Governo estar pagando, nós que puxamos esse negócio aqui para dentro e não estamos deixando o Estado pagar, vai ajudar, a gente chega e dizer, o Estado ia pagar todo mês esses 25 milhões. Custa nada o Estado gastar um milhão, dois milhões por mês para voltar esses trabalhadores? É mais um argumento que a gente tem. Porque não adianta você argumentar lá com o Governo, principalmente com a equipe econômica, dizer que as escolas estão sendo roubadas ou coisa parecida, se eles não tiverem o dinheiro, se eles disserem que não tem dinheiro, não tem jeito, eles vão deixar as escolas serem assaltadas aí. Mas, eu não concordo com eles não, eu tirava de qualquer outro lugar, porque ainda continua tendo corrupção nesse Governo, mesmo o Daniel não sendo ladrão, mas, ele mantém ainda muitos ainda que são corruptos, que vieram lá do Governo Confúcio, que vem do Governo Confúcio, e mantém ainda os esquemas do Estado. Por isso que eu não concordo, nós discutimos merreca, porque discutir um milhão para trazer esses trabalhadores de volta para poder além do emprego, atender, a cuidar o patrimônio e também a segurança pelo menos mínima nas escolas, isso seria um dinheiro muito bem gasto e daria sim, o Governo que tem prioridade com o Estado, com a população, com a educação e com os trabalhadores, esse contrato de vigilância não quebra Estado não, não quebra de jeito nenhum, quem quebra esse Estado, é a bandalheira, Licório, é a roubalheira que infelizmente sempre teve e ainda continua tendo, mesmo não sendo nosso Governador Daniel. O Daniel, fala assim: "não, eu não vou sair preso, eu não vou". Eu digo: "você pode sair preso sim, você pode responder por processo, se você não cortar um monte de contrato que tem com propina nesse Estado, feito pelo Confúcio, lá atrás, e você não cancelou nenhum ainda, você não suspendeu nenhum ainda".

Passar a palavra para o Secretário César Licório? Quem quiser usar a palavra, pode se inscrever, está aí a nossa Suzana, o pessoal aqui do Cerimonial que a gente inscreve e vão usar a palavra.

O SR. CÉSAR LICÓRIO – Boa tarde Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno, os Vereadores Bengala, Jair Montes e Ada Dantas, cumprimentar também aqui os representantes do Sindicato, em nome do Antônio, do Senhor Francisco, do Daniel,

também o meu amigo Haroldo, nos conhecemos de longa data quando eu assumi a Secretaria em 2003. Uma das primeiras visitas que eu recebi lá no gabinete foi o Haroldo, realmente para falar da questão da vigilância. Primeiro peço desculpas aos Deputados, eu vi para assistir a Audiência, não pensei que eu fosse participar da Audiência, então, eu não vi devidamente trajado, mas, o importante é a gente está aqui na participação. A SEMED hoje, ela tem 100 pontos de vigilância, 100 escolas que são atendidas com 143 pontos contratados, uma despesa mensal de R\$ 1.200.000,00. Quando o Deputado Hermínio, fala que com dois milhões, a gente colocaria a vigilância para funcionar, daria para funcionar aqui em Porto Velho, tranquilamente a vigilância. Quando eu fui Secretário, eu aumentei. Eu tinha vigilância em Porto Velho, nós levamos para a BR, algumas escolas que estavam sendo saqueadas e também o Município de Rolim de Moura, e houve esse aumento na época e era tudo muito tranquilo, parece que depois aumentou bem mais o ponto, bem mais pontos, acabou ultrapassando aí o limite excessivo e acabou por uma decisão. Em minha opinião, desde a época que eu soube, eu já não era mais Secretário, de que seria problema, que as escolas não seriam repostas imediatamente o que foi roubado, que foi furtado e teria o problema que aconteceu, nós tivemos escolas que foram incendiadas por falta de segurança. Quero cumprimentar também aqui a minha Diretora Pedagógica da ULBRA Professora Márcia, que por necessidade nós também contratamos ponto de vigilância armado na faculdade, nós tivemos lá um problema no pátio e para ter maior segurança nós contratamos. Então aqui a gente só tem exemplos de contratações nesse sentido. Eu sei que o pessoal da equipe da SEDUC não tem culpa do está acontecendo, não foi decisão tomada por eles, nós estamos com o Procurador Geral aqui também que representa o Estado e a SEDUC neste momento e sabe as dificuldades que o Estado tem, nós sabemos disso, mas, aquilo que foi falado lá atrás não foi cumprido, tira o ponto de vigilância, se a escola for roubada imediatamente será repostado e não aconteceu, infelizmente não aconteceu. Quando a gente tem vigilância, quando eu era Secretário, quando uma escola era furtada e a escola tinha vigilância, era uma semana e nós tínhamos todo o patrimônio repostado, então isso é segurança. O que acontece com o desmontamento da nossa escola? Os alunos já passam a não ter mais condição, roubaram computadores, eu tive uma escola do interior, rural que roubaram 5 centrais de ar, roubaram todos os fios, não levaram o transformador porque não conseguiram tirar, eu fui obrigado a tirar um ponto aqui da cidade e levar para um assentamento, pasmem, os senhores, o assentamento devia cuidar de toda essa parte, provavelmente alguém de lá mal intencionado que acabou fazendo o furto e eu tenho hoje lá um problema para resolver, as aulas vão iniciar com transporte escolar sendo regularizado em 50% na terça-feira e até o final da semana praticamente 100%, da outra semana; e tem o problema que eu não posso iniciar a aula porque eu não tenho energia para puxar água para por na caixa d'água para resolver a questão das crianças. Eu assumi o compromisso de que a SEMED não vai cancelar o contrato, nós estamos renovando esse contrato, dia 21, daqui a 30 dias vence o contrato, mas, antes disso, nós vamos publicar a renovação, talvez a gente tenha que fazer alguns ajustes e já vamos preparar uma nova licitação porque como já está

vencido o contrato nós vamos renovar, vamos preparar uma nova licitação para que a gente não deixe a nossas escolas à deriva como ficou agora pelo transporte escolar. Então, é um problema sério que temos que resolver e a SEMED com certeza vai contribuir no que foi possível para a gente contribuir na questão de intercâmbio junto com o Governo do Estado, Secretaria Municipal junto com os vereadores e Deputados para que a gente possa restabelecer essa paz que a gente tanto espera na escola. Eu sei de diretor que dorme na escola, então a vigilância, eu tenho 39 escolas que não tem vigilância, aí sim eu acho que entraria vigilância por câmera, pelo menos é um tipo de segurança, mas, eu acho que o casamento das duas facilita o trabalho do vigilante e facilita também o trabalho da gente pegar bandido. Esta semana nós tivemos uma escola nossa assaltada para levar a arma do vigilante, foram lá renderam o vigilante e levaram a arma dele, então quando tem é um perigo, quando não tem é pior ainda. Então contem com a gente. Muito obrigado pelo convite, muito obrigado por ter dado a oportunidade da palavra e me coloco à disposição de todos. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Secretário Licório. Mas isso é natural, isso ocorre, faz parte do ofício, a escola com vigilante pode ser assaltada, como banco tem um monte de vigilantes e o cara assalta banco, isso faz parte, agora é lógico, quando não tem ninguém aí é que o negócio vira bagunça mesmo, por isso que é importante, eu acho que a importância do vigilante aqui é indiscutível, você pode discutir qualquer coisa agora dizer que a necessidade flagrante, que há necessidade dos vigilantes nas escolas, isso não tem discussão não.

Passar a palavra agora para o Francisco, aqui representando as empresas de vigilância.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA DA FONSECA – Boa tarde a todos, boa tarde Deputado Hermínio, em nome de quem eu cumprimento a todos os companheiros da Mesa. Eu quero fazer uma observação antes da minha fala sobre o que é e quem é o vigilante de segurança privada atualmente. Num passado não muito distante o pessoal tinha uma visão do vigilante, aquele camarada com pouca escolaridade, com pouca formação e um profissional não qualificado, eu posso afirmar como representante do Sindicato patronal que nós temos um corpo de vigilantes altamente qualificados, preparado, pronto para assumir todas as responsabilidades que possam vir, advir do novo contrato, seja com as Secretarias de Educação, ou, qualquer outro órgão público. E isso é uma tendência, uma realidade nacional, isso é um projeto desenvolvido ao longo de vários anos em parceria com o Sindicato dos Vigilantes e Federação Nacional das Empresas de Segurança Privada, Polícia Federal, Escolas de Formação. Hoje falamos juntos e falamos a mesma linguagem, nós falamos a linguagem da Segurança Privada.

Eu gostaria de lembrar aqui, Deputado, neste Plenário na minha eu adverti à Secretária de Educação que aquela atitude do Governador, ela marcaria, sem dúvida alguma, a gestão dele, e porque isso aconteceria e aconteceu. Nós estávamos falando do término de um contrato de Segurança Privada onde tinham 2.400 pais de famílias, nós estávamos falando

de um processo onde toda uma cadeia estaria sendo prejudicada. Começando pelo Professor, o Vigilante, o Comércio e aquele aluno que ficou ao longo do tempo exposto ao crime organizado, e dentro de um processo progressivo ele acabou migrando para a delinquência, para o crime organizado, sem que tivesse nenhum, nenhum acompanhamento ou cuidado de autoridades. Isso, certamente, foi o maior desastre ocorrido em função do término do contrato com a SEDUC.

Eu não consigo imaginar um professor indo à escola tranquilo sabendo que lá ele tem um grupo de traficantes de drogas, que ele não vai poder aplicar toda aquela metodologia pela qual ele foi preparado e treinado. Eu não consigo imaginar a cabeça de um pai de família mandando o seu filho para um colégio saqueado. É inadmissível que uma autoridade pública, um gestor público concorde com um negócio desses. Nós temos outra situação, Deputado Hermínio, senhores, para um contrato de R\$ 58.000.000,00 que é o que foi dito a época, 27% deste valor é retido na Fonte, 27%. Em contratos novos onde os órgãos contratantes já tomam alguns cuidados, isso ele reduz mais 36.8% para garantir os direitos trabalhistas. O que custa isso? Quanto custa para o Estado um posto de vigilância? Se quase tudo, mais da metade volta imediatamente na forma de impostos e tributos. De que nós estamos falando? Infelizmente a nossa querida Joanora, CDL, que a vida inteira trabalhou no comércio, ela não se encontra mais aqui presente. Mas, imaginem o que é tirar R\$ 58.000.000,00 do comércio? Imaginem o que é o pai de família chegar a casa e falar que está desempregado? Alguém tem ideia do que é isso? Eu sempre nas minhas conversas com o Paulo, eu tenho dito que nós temos uma responsabilidade, enquanto sindicalistas nós somos eu, o patronal; ele, o laboral, falamos a mesma linguagem. Sentamos, discutimos e nos respeitamos. Esse sim é o ponto principal, é o primordial. E dentro desta parceria e respeito temos conseguido algo que nenhum Estado consegue. Hoje, Deputado, nós temos um índice muito baixo de reclamações trabalhistas. Ainda temos problemas com atraso de pagamento, mas, isso ocorre em locais isolados. O sindicato com apoio de cada um destes companheiros aqui, tem feito um trabalho brilhante, fazem a sua parte, sabem fazer, tem feito com ordem. Nós não temos em manifestações, ouvido o registro, ou ouvido falar o registro de agressões. Fazem isso como pessoas qualificadas que são, pessoas preparadas e que acima de tudo preservam a dignidade, o respeito, principalmente levam para casa uma coisa básica e essencial que é o orgulho. Alguém sabe o que é para um pai de família chegar em casa e durante um mês, dois meses e não ter emprego? Saber que não está empregado? Certamente o nosso amigo aqui passou por isso. Alguns de nós talvez tenhamos passado por isso. Eu acho que o Governador Daniel ele nos deve isso. Ele deve isso a cada professor, ele deve a cada criança que está matriculada, a cada adulto, a cada adolescente que está matriculado em escola pública. O Estado, no momento o representante maior é ele, mas, esta Casa de Leis aqui, faz o que nós vimos hoje esta Audiência Pública, presidida pelo Deputado Hermínio, nós vimos aí à luta incansável do Jair Montes, da Vereadora Ada, do Professor, Secretário César Licório. O que o Secretário defende? Ele defende justiça, ele defende o trabalhador, ele defende a vida. Quando eu faço segurança, eu penso em vida, eu penso em futuro, eu penso em gente. Nós não podemos imaginar um

País sério e grande, se nós não pensarmos em vocês, se nós não pensarmos em futuro, em formação, em desenvolvimento, em crescimento. Hoje, Deputado, quando sento numa Mesa, em uma reunião em nível nacional, temos a mesma preocupação. Nossa discussão hoje, principalmente com a questão do Estatuto de Segurança Privada é gerar emprego, qualificar, formar, respeitar, sentar. Não existe empresa de segurança boa se não existir um quadro de funcionários altamente qualificado como o que tem em Rondônia. Rondônia, posso afirmar, é referência em muita coisa, e é referência principalmente em formação. Sentamos juntos, Deputado, com as escolas de formação, e sabemos o quanto houve de transformação nessas escolas. Sentamos juntos com o Sindicato dos Trabalhadores para conhecer o problema de cada um de vocês. Nessa discussão com a Prefeitura, o Sindicato fez, brilhantemente, com o apoio de toda a Câmara de Vereadores ou quase toda; se empenharam no processo e fizeram a diferença. E, com certeza, isso veio corroborar para que hoje o Secretário pudesse anunciar a renovação de um contrato de vigilância da HR e posteriormente, com certeza, do nosso representante Columbia. Obrigado. Queria registrar aqui para cada um dos companheiros que vocês estão de parabéns pela presidência e pela diretoria do Sindicato, as divergências são necessárias, elas têm que ocorrer para que haja evolução, têm que ser respeitadas, tratadas e isso também é crescimento, isso também é desenvolvimento. Não podemos aqui, imaginar que todos os colégios do Estado de Rondônia vão ter segurança, mas, nós podemos ter certeza que de uma forma gradativa, progressiva, organizada, em breve esse processo se iniciará, porque não existe outro caminho. Quando dito aqui, em 2013, que dia seguinte as câmeras resolveriam tudo, Deputado Jesuíno falou com precisão, esqueceram que o Estado, os gestores públicos são subordinados à Leis, e para comprar um bem público é necessário um processo, e esse processo é lento, ele foi esquecido. Eu tenho o prazer de trabalhar numa empresa aonde em alguns países, ela chega a ter duzentos mil clientes e segurança eletrônica funciona divinamente bem com vocês do lado, com o trabalhador, com o vigilante fazendo o monitoramento. Porque isso é imprescindível para que o processo tenha validade, seja reconhecido pela Polícia Militar, pelas autoridades, por quê? Porque ele serve como meio de prova, e não pode ter outro objetivo. Nós falamos aqui, Deputado; na época tínhamos o apoio do Procurador do Trabalho, convidado por Vossa Excelência e parece que muito pouco foi assimilado pelas autoridades, e dito também que a Polícia Militar faria o controle e a segurança das escolas. O Deputado Jesuíno é um policial militar, conhece muito bem, sabe como é que funciona. Para colocar um posto de vigilância alguém teria que ter no mínimo uns 16 vigilantes ou 16 PMs. Se eu estiver errado me corrija. Qual local que nós temos vigilância? Nós temos vigilância na Polícia Federal, as guaritas, os controles internos são feitos por vigilantes. Nós temos vigilantes no Ministério da Justiça, nós temos vigilantes em quase todos os órgãos que dizem que aqui não é necessário. Mas se não é necessário por que é que eles têm? Qual o direito que eu tenho de chegar aqui ou em algum local, como servidor ou gestor indicado por alguém, e dizer que não há necessidade de professor no colégio se eu nunca fui ao colégio, se eu não tenho filho lá? Com qual autoridade eu falo isso? Será que eu

tenho essa autoridade? Tem algum professor aqui presente? Têm professores. Então eles sabem muito bem do que eu estou falando. O Paulo convive com isso, Presidente do Sindicato, ele convive com isso porque a esposa dele é professora. E o que esperamos? Nós esperamos o seguinte, nós esperamos que os postos de serviço de vigilância, retornem; nós esperamos que isso seja feito de uma forma organizada, transparente, seguindo rigorosamente o que preceitua o artigo 3º da 8.666, publicidade, legalidade, tudo aquilo que está no artigo 3º. Que se cumpra o que está lá no 44, principalmente o gestor que vai fazer a análise, por quê? Para que ninguém tenha problemas. O Procurador do Trabalho, Deputado, me convidou e perguntou qual era o problema, o Procurador Geral, qual era o problema das empresas prestadoras de serviço. A resposta para ele foi à seguinte: "Nós sabemos o que fazer, fazemos muito bem. O que não entendemos é como o gestor público contrata segundo uma lei, tem recurso, e depois do contrato assinado, ele executa conforme a orientação de algumas pessoas. Isso é terrível, e pouco analisado." Depois disso, o Procurador do Trabalho tem feito grandes trabalhos, o Paulo é testemunha, a Procuradoria tem apoiado, nós temos pouquíssimas visitas ao Ministério Público do Trabalho, por quê? Porque respeitamos o trabalhador. Nem sempre é possível fazer aquilo que vocês merecem, e nós sabemos que vocês merecem, mas, tenho certeza que fazemos o melhor e vamos continuar fazendo, porque enquanto representante, aqui ou em Brasília, eu vou sempre primar pelo correto, pelo justo e pelo emprego de cada um de vocês. E tenho certeza de outra coisa, vamos sempre tomar muito cuidado com aquele vigilante que passou de 42 anos, aquele vigilante que mais precisa do emprego, porque à hora, Vereadora, senhores Deputados, a hora que ele mais precisa, quem tem um filho entre 12 e 18 anos sabe do que eu estou falando. Então, justiça social, zelo. Tudo aquilo que nós ouvimos em campanhas eleitorais, precisamos que isso seja posto em prática. Ações como a Vereadora, ações como o Deputado Hermínio, que visa o emprego, a renda, que visa o controle, a exaustão do erário, cuidado com tudo que se refere ao público. E aqui, o Procurador Geral, Dr. Francisco, que já tive o prazer de sentar em algumas vezes discutindo reajuste, nos respeitamos também, até porque eu entendo o posicionamento dele enquanto defensor do Estado, sei que o faz com brilhantismo, acompanho alguns pareceres dele. No que eu não concordo, eu discordo, eu escrevo, contesto e ele faz análise conforme o seu entendimento e a legislação. Um direito dele e direito meu, enquanto representante patronal. Gente, vocês não sabem, mas, a partir de 2013, algumas ações foram tomadas, e aqui eu tenho que parabenizar uma pessoa, o Valdemar, em conjunto, assinamos junto, lógico, que tem a diretoria do Sindicato, mas, algumas coisas que fizemos, alguns documentos que assinamos juntos surtiram grande efeito. Nós mudamos um pouco o cenário, a forma de como o gestor público via a segurança privada, mas, fizemos o nosso dever de casa. O Haroldo foi Presidente do Sindicato durante muito tempo, e durante a presidência do Haroldo eu fui um dos diretores da entidade, e nós, desde aquela época, nós já nos preocupávamos com qualificação. Tinha um projeto, Deputado, o Haroldo, na época, construído pelo Haroldo, nós teríamos uma escola modelo numa eventual sede do Sindicato, para formar filhos de vigilantes e tem recurso. Interes-

sante, tem muito recurso para isso. E faltam só duas coisas, comprometimento e zelo. É difícil? Não, não é difícil. O que ocorre, às vezes, é que movido por sentimentos ou por interesses ou medo, como disse, como foi dito aqui, às vezes as pessoas deixam de tomar algumas decisões ou de propor algumas ações, ou propostas. Olha a grandeza de uma ação simples, olha quanta gente conseguimos colocar em um auditório, em uma Mesa, para discutirmos um assunto de tão elevada importância. Gente! Vamos colocar três coisas na cabeça. Primeiro: nós precisamos formar melhor; nós precisamos dar segurança e tranquilidade aos professores, aos alunos e aos pais. E a terceira: isso não vai ficar caro, Deputado, quase 80% do nosso custo com a Segurança, ele vem de folha de pagamento e o Estado já ficou com quase 30%.

Então, essa história de que é caro, ela é no meu entendimento uma justificativa não convincente. Eu quero pedir desculpas por ter me excedido, mas agradecer a cada um de vocês, dizer que são todos muito importantes, que eu estou vendo o Carlinhos ali, eu vejo que ele também já faz parte de outra Associação, tenha certeza Carlinhos que ela dará certo, se você tiver com foco a qualidade de vida e o bem-estar de cada um desses seus representados, assim como faz o Paulo e a sua diretoria e o tem feito durante algum tempo. Todas as nossas discussões, as nossas brigas, elas convergem sempre pensando no emprego, na renda e na manutenção, nós perdemos, Vereadora, perdemos quase dois mil postos de trabalho de uma única vez, logo na sequência mais uns 500 e pouco, mais de 500, isso foi um desastre. Nós sabemos, eu sei o que é receber um pai de família, ele pedir emprego, ser amigo seu de longas datas e a única resposta é a lágrima. Obrigado, sucesso para todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Francisco. Eu quero aqui cumprimentar aqui a Sra. Ana Lúcia Cardoso, Vice-Diretora da Escola Estadual Abnael Machado de Lima, obrigado Professora, a senhora deve ser Professora, Professora Ana Lúcia e também o Prefeito Luis Ikenohuchi, lá do Candeias, obrigado Prefeito, Prefeito do Município de Candeias do Jamari, obrigado Prefeito pela presença.

Eu vou agora, eu vou limitar um pouco o tempo, três minutos, tem várias pessoas inscritas.

Eu vou chamar aqui Gerente de Obras da SEDUC Josiane Beatriz Faustino.

A SRA. JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO – Boa tarde a todos. Eu cumprimento à Mesa na pessoa do Deputado Hermínio, eu cumprimento o Deputado Jesuíno Boabaid; na pessoa da Vereadora, eu cumprimento os demais Vereadores aqui presentes e na pessoa do Vigilante Daniel, eu gostaria de honrosamente cumprimentar os Vigilantes aqui presentes, boa tarde a todos. Eu sou Engenheira Civil, faço parte do quadro da SEDUC, sou Gerente de Obras da SEDUC. E a primeira pergunta seria: o que um Gerente de Obras faz aqui? Porque então eu estaria aqui? Como é de conhecimento de todos e como foi dito aqui neste Plenário, foi feita uma indicação a partir de uma decisão do Tribunal de Contas para que fosse feito um estudo de viabilidade do Sistema de Vigilância das Escolas. Esse documento foi encaminhado a SEDUC que por sua vez criou uma Comissão Multidisciplinar para execução desses estudos. E como em

todas as escolas tanto para instalação de Sistema de Monitoramento quanto para a adaptação correta da Segurança do Vigilante ou seja para guaritas ou que seja para a forma de trabalho do Vigilante se faz necessário manter condições adequadas e é aí que o Sistema de Obras, que a Gerência de Obras passou a participar dessa Comissão Multidisciplinar.

Então Deputado, nós estamos aqui porque em atendimento a indicação do Tribunal de Contas existe um estudo em andamento dentro da SEDUC para determinar essa viabilidade técnica do Sistema de Vigilância em comparação com o Sistema de Vigilância Pessoal e o Sistema Vigilância eletrônica. Pessoalmente, eu gostaria de externar que tecnicamente nós não podemos dizer no meu entendimento que existe uma viabilidade financeira quando se fala no bem maior que é a vida e no direito constitucional que é a educação. Então, nós não podemos aprazar e nós não podemos quantificar financeiramente, quando nós estamos tratando desses itens, que é a vida e o direito a educação. Então, tomando a parte toda essa complexidade do sistema educacional, em nome da SEDUC, eu estou aqui para dizer que nós estamos elaborando esses estudos conforme documento que eu tenho em mãos. A atual Secretária de Educação protocolou junto ao Tribunal de Contas, um pedido de aumento desse prazo que vencia hoje, eu tenho documento aqui em mãos, que foi feito esse pedido de aumento de dilação do prazo e que felizmente conforme o senhor mesmo disse, Deputado Hermínio, várias pessoas podem nos ajudar. Eu pessoalmente digo que vamos procurar a sua ajuda dentro dessa comissão que está fazendo essa avaliação para que essas empresas interessadas, e que todos aqueles interessados possam nos ajudar verdadeiramente na elaboração desses estudos, que se trata, não apenas da situação de vigilância, mas, do bem maior, que é a vida e do direito educacional da educação. Muito obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Josiane. Depois, tem uma ideia de a gente criar uma comissão mista e formando essa comissão, essa comissão discutir tudo que for de bom para melhorar principalmente também a nossa educação, que aqui, nós estamos discutindo a vigilância, mas, é lógico que o bem maior é exatamente cuidar das escolas e dos nossos alunos e dos professores.

Eu vou passar a palavra agora para o Haroldo Costa, representando o Serviço de Segurança.

O SR. HAROLDO COSTA – Boa tarde a todos! Primeiramente Deus conosco. E quero cumprimentar ao Presidente da Mesa Deputado Hermínio Coelho, ao Deputado Jesuíno Boabaid; quero também fazer alusão ao Excelentíssimo Senhor Professor César Licório, o qual eu tenho a honra de conhecê-lo, tê-lo com amigo, amigo ao longo dos anos. Nós temos também presente a Vereadora Ada Dantas, uma guerreira; o ilustre Vereador também Jair Montes, pessoa também preocupada com nossos segmentos, tem demonstrado que feito algumas coisas a nosso favor. Saiu agora a pouco a Joana Joanora, Presidente do CDL. E quero também fazer um cumprimento especial no qual eu peço uma salva de palmas para um guerreiro Daniel da Silva, digo guerreiro, porque o tenho acompanhado em alguns momentos nesses últimos dois, três meses. Então, Daniel, tem me procurado esses meses, muito preocupado com essa situação

da vigilância. Eu procurei conversar com ele, dá algumas instruções para ele a respeito do que se deveria fazer. Algum tempo, quando o nosso Prefeito de Porto Velho, eleito cancelou o contrato da SEMUSA, Secretaria Municipal da Saúde, nos quais foram demitidos quase trezentos vigilantes e sabendo que a tendência era justamente demitir o restante dos vigilantes, trocando pelos monitoramentos, eu convidei o Ivonildo, um dos Diretores do Sindicato no meu escritório, que teceu algumas instruções a respeito de como proceder e como agir com relação a esta situação que estava acontecendo conosco, o negócio estava muito complicado. Logo em seguida, o Presidente do Sindicato Patronal, junto com segmento do Sindicato Laboral; também quero cumprimentar, o meu amigo Francisco, que por sinal é meu sucessor no SINDESP, hoje é meu sucessor no SINDESP. Essa situação tem se estendido não só de agora, não somente com relação às escolas do Estado. O Deputado Hermínio Coelho enumerou várias situações que aconteceram com as escolas, vou enumerar aqui, nós temos aqui: “Escola Jorge Teixeira furtada e suspensa as aulas; escolas não terão vigilância armada, diz secretário em seguida; escola de Guajará-Mirim é furtada duas vezes em 24 horas; escola é invadida e furtada pela 10ª vez em 11 meses em Rondônia; ladrões invadem escola em Rondônia e levam equipamentos eletrônicos; criminosos invadem escola estadual e furtam merenda escolar”. Então, aí eu pergunto: qual foi o benefício que as câmeras trouxeram para nossas escolas? Será que foi flagrar traficantes? Flagrar marginal açoitando nossos filhos, nossos alunos, amedrontar professores? Flagrar e criar um verdadeiro terror psicológico nas escolas, nos alunos, nos professores, nos pais? Será esse benefício que as câmeras trouxeram? Será que os nossos dirigentes não sabem que uma câmera é apenas um acessório para que funcionem os nossos postos de serviços na segurança? Bem, eu quero só fazer um comentário, os meus antecessores tiveram 15, 20 minutos, o nosso Presidente limitou em 3 minutos, eu gostaria de pedir mais uns 2 ou 3 minutos que talvez não dê para eu falar em 3 minutos, está acabando o meu tempo. Eu gostaria de dizer para vocês, lembrar o que está dito todos os dias aí na mídia, na televisão, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados esse verdadeiro terror que está acontecendo na nossa política e que se nós não soubermos realmente escolher na próxima candidatura, se nós não dermos valor ao nosso Título de Eleitor as coisas tendem a ficar piores. Eu quero citar um exemplo de representação muito bem sucedida está acontecendo recentemente, o nosso Ilustre Deputado Jesuíno Boabaid representa hoje a PM, antes da representação do nosso Deputado Jesuíno, a PM infelizmente era largada a segundo plano em muitas coisas, graças a sua gestão, graças a sua interferência no próprio Governo do Estado, com projetos, com planos, lutando por reivindicação do Comando, hoje a PM tem orçamento, hoje a PM tem planejamento, hoje a PM funciona de maneira, não exemplar ainda porque falta muita coisa ainda no nosso Estado para que possamos continuar com uma caminhar mais sóbria e mais transparente. Bem, minha gente, eu digo o seguinte, que nós precisamos de gente que fale sério, de gente que não fale apenas mansinho, de gente que apenas não bata nas nossas costas e vire as costas amanhã e acabe com nossos empregos. Eu tive a oportunidade de estar conversando aqui cedo com o

Professor César Licório e ele trouxe a excelente notícia que agora como gestor está lutando, brigando para renovar os contratos municipais, o qual acabou de dizer aqui agora que vai ser renovado o próximo contrato da Columbia. Antes dessa situação nossa acontecer; antes do Daniel aparecer no segmento, antes dele começar a gritar como verdadeiro guerreiro, a situação estava meio morna e nós precisamos acordar, precisamos fazer alguma coisa e precisamos criar representantes com sangue nas veias e precisamos fazer alguma coisa pelo segmento e falar sério de verdade. É importante lembrar também que não são só vocês que têm problemas, é importante também dizer também que as empresas de vigilância nos últimos 8, 10 anos também chegaram a falir 14 empresas de vigilância, uma dessas empresas que teve desativada foi a minha, a SERVISEG, porque os próprios contratantes não honram seus compromissos, não honraram com seus compromissos, ficaram devendo reajustes, quantias absurdas, é onde as empresas realmente tem problema também de continuar no segmento. Eu tenho participado do segmento acerca de 26 anos, nesses 26 anos eu tive milhares de pessoas que passaram no meu departamento pessoal, e, dessas milhares de pessoas que passaram no meu departamento pessoal graças a Deus eu não devo um centavo para ninguém, muito embora os contratos não foram honrados a altura na época propícia e até hoje tem gente devendo, como o próprio Governo do Estado deve para a empresa. Bem, essa é outra situação. Aí o nosso Deputado também disse assim, o nosso brilhante Hermínio ele disse assim: olha só minha gente, nós estamos ressuscitando uma conversa, uma fala que é a renegociação da dívida do BERON, estão querendo arrumar uma conta para nós de R\$ 25.000.000,00, cadê os nossos representantes federais? Cadê os nossos Governantes? Aí dizem que a vigilância, um contrato anual de R\$ 54.000.000,00 é caro, que não pode pagar quase três mil funcionários para exercer as atividades de vigilância que vai nos dá tranquilidade, cuidar dos nossos filhos, cuidar dos nossos professores e etc. Então, gente, o que está faltando para nós, realmente é a boa vontade, é realmente falar direito, é realmente falar sério, é realmente ter compromisso, assim como poucos tem compromisso.

Eu quero também agradecer a voz do Deputado Hermínio Coelho. O Deputado Hermínio é um dos poucos Deputados que não tem papa na língua. Onde ele tem que ir, ele vai, onde ele tem que, falar ele fala, o que ele tem que fazer, ele faz. Ele não tem compromissos ideológicos com ninguém, praticamente. Conheço o Hermínio acerca de uns 15 anos, e a postura dele desde o tempo de sindicalista tem sido esta, brigão, lutador, feroz. Assim como nós temos uma pessoa também que hoje Vereador na Câmara dos Vereadores, o Jair Montes também está dando a cara à tapa, também, pelo nosso segmento, e entre algumas outras pessoas, também. Eu quero dizer que o que foi dito aqui com relação às Escolas, eu acho que não tem mais nem o que se dizer. Nós temos que acabar com essas picuinhas políticas. Essas briguinhas aí de Governador com Senador. Essas briguinhas ideológicas, ridículas, e pensar no nosso povo, pensar nos trabalhadores do nosso Estado, pensar na vigilância, para que a gente saia daqui com mais dignidade, com mais tranquilidade. Teria que se falar um monte de coisas, tanta coisa teria que se dizer, tanta coisa... Mas eu acho que já está bom por enquanto. O resultado desta

Assembleia, o resultado desta audiência eu tenho certeza que pela responsabilidade, pela postura aqui dos Presidentes, pelo nosso Presidente Hermínio Coelho, pelos Deputados que estão aqui imbuídos aqui também, eu tenho certeza que não vai ficar só nesta Audiência, porque eu vou junto com este meu Negão aqui, predileto aqui, que é o Daniel da Silva, eu vou ajudar a cobrar, porque esse menino aqui é trabalhador, esse menino aqui representa vocês de verdade. Isso eu tenho certeza. Não que o Sindicato não o represente; claro que representa, muitas vezes muito bem, também. Mas, está faltando sangue na veia, está faltando correr atrás, está faltando fazer mais alguma coisa. Está faltando vocês voltarem para o Sindicato e exigir o que vocês têm de direito serem representados por homens de verdade. Obrigado a todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Haroldo. Parabéns! Se você realmente teve aí milhares de trabalhadores e não deve a nenhum, parabéns! Porque tem uns aí que eu conheço que deve e pelo jeito nunca vão pagar. Senhor Haroldo e dizer também que os R\$ 25.000.000,00 é mês do BERON, R\$ 25.000.000,00/mês por mais trinta anos, já pagamos 16 mais 30 anos.

Sr. Francisco Silveira Aguiar, nosso Procurador.

O SR. FRANCISCO SILVEIRA AGUIAR - Boa tarde! Gostaria de cumprimentar a todos os Membros da Mesa; os senhores e as senhoras; e assim quero cumprimentar a todos os trabalhadores que nos assistem. Primeiro eu queria esclarecer que o trabalho da Procuradoria do Estado é a representação e consultoria jurídica do Estado, não de um governo, nem só do Poder Executivo. Tanto que várias vezes já tivemos a oportunidade de trabalhar junto com os Deputados daqui desta Casa. Dito isso não cabe a Procuradoria fazer algum tipo de decisão sobre políticas públicas, nós apenas auxiliamos os gestores a realizarem da melhor forma possível dentro da conformidade legal. E como a Gerente e a Engenheira Josiane já explicaram, o Estado neste momento realizando um estudo técnico para poder eliminar de vez qualquer dúvida de qual é a melhor opção para a segurança. Conforme foi requerido do Tribunal de Contas. Eu gostaria apenas de esclarecer alguns pontos que ficaram que foram levantados aqui. Primeiro a questão sobre a origem do dinheiro que pode custear esse serviço, que foi levantado aqui, se eu não me engano pelo Presidente dos Sindicatos, que eu me lembro, se eu não me engano o senhor falou que o dinheiro seria federal. O dinheiro não é federal, o dinheiro veio do FUNDEB e o FUNDEB é alimentado com dinheiro do Estado. Ou seja, não é um dinheiro que vem da União para o Estado utilizar como bem entender. É um dinheiro dos impostos pagos pelos senhores e pelo resto da população, para o Estado de Rondônia. Outro ponto, que já foi levantado aqui várias vezes; é sobre a dívida do Beron. A dívida do Beron não está sendo paga hoje por questão de liminar que foi obtida por meus colegas que trabalharam em Brasília. Todavia, não existe uma liberdade para os nossos gestores decidirem se voltam ou não a pagar. Ou seja, eles não têm a opção de parar, de não pagar, eventualmente, essa dívida, de acordo com a decisão judicial, para poder realizar uma contratação, por exemplo, da vigilância. Outro ponto que eu achei importante levantar, como foi apontado pelo representante das empresas, que

boa parte do dinheiro que é pago, é retido pelo Estado. É verdade, o dinheiro é retido pelo Estado, mas, o dinheiro não fica para o Estado. Como das suas obrigações, o Estado tem que recolher impostos referentes aos senhores e ao trabalho, e é remetido para a União, remetido para o INSS. Não é como se esse dinheiro ficasse no caixa do Estado. E outro ponto, que eu já estava alertando aqui; são para os limites que nós estamos para este ano. Independente da decisão que for tomada, de qual política pública vai ser adotada, nós estamos num ano eleitoral, assim como é o último ano de mandato. Não sei se o Governador Daniel vai tentar uma reeleição, assim como eu não tenho como imaginar se ele vai ser reeleito. De qualquer forma existem vários limites para criações de novas despesas nos dois últimos quadrimestres. Portanto, qualquer decisão que for tomada, deve ser levada em consideração isso. Ou seja, nós não temos uma solução para a questão, pelo menos em nível estadual, automática ou rápida. No melhor dos casos um novo contrato teria início no próximo ano. Essas são apenas algumas considerações que eu gostaria de ter feito e obrigado pelo tempo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Dr. Francisco. Dr. Francisco, só dizer o seguinte, de qualquer forma, não sei se nós conseguimos ainda esse ano, talvez até por motivo de impedimento, se tiver impedimento legal, no caso ser um ano eleitoral, e ser o outro ano. Mas, eu queria dizer o seguinte, tudo, tudo, se a gente quiser conseguir, se a gente quiser lutar e se a gente começar a luta hoje e lá, o ano que vem, no início do ano a gente conseguir fazer, já está de bom tamanho, entendeu, Doutor? Mas, de qualquer maneira, quando você quer, esses impedimentos, muitas vezes, são criadas essas coisas até para justificar que não pode por isso e por aquilo. Mas têm muitas coisas que dá para trabalhar, quando tem a vontade política tem muita coisa que dá para destravar. Com relação, eu fico olhando que quando é para atender uma coisa, e sempre foi assim, Doutor, não na parte de vocês servidores de carreira do Estado, mas, principalmente na questão política, aqui quando é para dá um centavo de correção de inflação aos trabalhadores, que desde 2013 esse governo não repõe nem a inflação dos trabalhadores, de nenhum servidor do Estado, e tem uma tal de MENP, que é uma Mesa que o Estado criou para analisar os cálculos, eu nunca vi essa MENP dizer que o Estado pode dar um centavo de correção da inflação para o trabalhador. Nunca vi, não tem! Agora, quando é para aumentar o salário dos Secretários, de 18 para 26 mil, não passa nem pela MENP. Quando é para pagar 30 milhões num processo fanto, de uma ponte lá em Ji-Paraná, de uma ponte que já tinha sido feita e paga há 08 anos, também ninguém faz conta. É esse tipo de coisa que eu..., essa questão técnica, sempre quando usa a questão técnica sempre é para ferrar o povo, sempre é para dificultar a população. Isso eu estou falando, que eu sei que nós temos Lei de Responsabilidade Fiscal. O que é Lei de Responsabilidade Fiscal? Eu, se eu fosse o Governador hoje, eu fazia o quê? Têm cinco mil comissionados, eu mandava três mil deles embora e contratava mil vigilantes. Eu podia e o Daniel pode, o Daniel pode mandar embora um bocado de comissionado que não faz nada neste Estado e que ganha 10 mil, 8 mil, 12 mil, ele pode. Quando o cara quer, você pode. E eu quero ver, eu tinha vontade de um

ser condenado porque eu gerei, eu consegui dá mil empregos para mil trabalhadores e consegui dá segurança nas escolas, pelo menos o mínimo de segurança nas escolas. Eu queria ver um político ser condenado por isso: “foi condenado porque cuidou das escolas e porque gerou emprego no seu município ou no seu Estado”. Quando é para fazer rolo, eles não têm medo, devia ter medo aí. Agora, quando é para fazer o bem, aí tem toda uma dificuldade, que não pode por isso, não pode por aquilo. Ada.

A SRA. ADA DANTAS – Presidente, eu só queria colocar duas situações. Porque o Procurador Francisco Silveira falou sobre a questão do estudo e a representante da SEDUC aqui presente também, e que bom que a gente pode contribuir com esse estudo. Eu queria muito que a senhora pudesse colocar e relatar dentro desse estudo, não sei se já foi colocado que os profissionais da Educação não têm capacitação em segurança privada. Eles não têm a capacitação para fazer vigilância do patrimônio. Então é importante que se faça, porque no Colégio Mariana, por exemplo, lá tem uma quadra que foi entregue recentemente, já está totalmente destruída por falta desse monitoramento, dessa vigilância, no caso os vigilantes que estão aqui. Então é importante que seja colocado isso no estudo que é para poder abrir a mente. Porque às vezes colocam assim: “Ah! Porque a vigilância eletrônica pode substituir”. Mas quando a gente aponta que o profissional da Educação não tem essa capacitação, logo a gente precisa de profissionais fisicamente, com essa capacitação dentro da escola, para manter a segurança.

O SR. JAIR MONTES – Presidente Hermínio, me dá um aparte. O que é importante, Deputado Hermínio e Deputado Jesuíno Boabaid, vocês que representam hoje como Deputados e fiscalizam o Estado, e cada vigilante que está aqui presente, eu tenho aqui o Procurador que é servidor estatutário, é concursado. Então, entra governo, sai governo ele continua Procurador, graças a Deus, e muitos aqui que estão na Educação, à mesma coisa. Mas nós que somos políticos e vocês que são eleitores, o momento este ano é mudar, porque isso é uma questão política. Então, Presidente, quando for apoiar algum candidato a governo, que coloque nas diretrizes o que vocês querem, porque o Procurador defende a questão do Estado, na Procuradoria, mas isso aqui é política. Aquilo que o Deputado Hermínio falou, é uma ação do Executivo. Se ele quiser colocar vigilância, ele tem dinheiro para colocar, ele arruma, de algum lugar ele vai arrumar. Então está na mão de vocês. Parabéns, Deputado Hermínio; parabéns, Deputado Jesuíno, porque vocês são hoje oposição, oposição ferrenha e tudo aquilo que foi falado é verdade. Isso é gestão, é política.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado. Falar em oposição, eu fui oposição do Confúcio, do primeiro ao último dia do governo dele. Do Daniel, o Daniel é meu amigo, não sou oposição a ele, até porque o governo dele está tão devagar que nem para ser oposição dá, para ser oposição dele, tem que melhorar para a gente poder... Mas eu espero, eu gosto muito do Daniel, é meu amigo e eu espero que ele reaja e comece a fazer diferença neste Estado, inclusive isso, já planejando. Se não pode agora, vamos planejar para quando

é que pode legalmente, para já começar a voltar nossos trabalhadores.

Obrigado, Ada. A Ada tem que sair. Nós já vamos fazer os encaminhamentos. Só queria, tem dois inscritos aqui, tem o Jardel. Jardel, pode vir usar a tribuna. E também tem o Marinor. Vamos ser bem objetivos para nós já irmos para os encaminhamentos, que é bem importante os encaminhamentos, ver o que é que a gente vai fazer a partir de agora para que esta Audiência não fique só na conversa de hoje aqui, que dê fruto lá na frente.

O SR. JARDEL DE SOUZA – Boa tarde a todos os companheiros vigilantes, a toda a Mesa. Parabéns, Deputado Hermínio pelo seu trabalho, que o senhor vem fazendo por essa categoria e aos outros companheiros também, a nossa Vereadora que já está indo, ao Vereador Jair Montes, o Deputado Jesuíno, o Paulo Tico, o Daniel e a todos os senhores. Assim, eu venho acompanhando o trabalho de todos os senhores, vocês estão de parabéns. Só dizer uma coisinha para o Jair. Jair, você também é um excelente parlamentar, só que para você melhorar mais um pouquinho, abandone a base deste Prefeito que quis humilhar os vigilantes, rebaixando para agente de portaria. O senhor é um ótimo parlamentar, mas, deixe a base desse homem. Isso que eu tenho para falar para o senhor. E na questão dos vigilantes, o Daniel aqui, é uma das pessoas que propôs aqui esta Audiência Pública, mas, eu quero dizer também que tem um grupo de vigilantes, que nós estamos desde o começo do ano também buscando organizar esses vigilantes, criar uma ONG para que essas vagas de vigilantes venham para as pessoas que realmente estão desempregadas e não venham para outros, para o próprio vigilante que já tem outro emprego. Então a gente quer trabalhar isso. No começo do ano, em janeiro, eu fiz uma ligação para o Paulo Tico, até mesmo para não ficar com esse pensamento que a gente quer tomar Sindicato, eu fiz uma ligação para ele, falei para ele. Ele falou: “não, tudo bem, vocês podem criar, não mexendo com o meu Sindicato...”. Aí nós estamos encaminhando para criar essa ONG. E a participação das mulheres, porque as mulheres sempre é minoria em todas as áreas. Eu nunca vi um Sindicato, uma ONG, uma Associação, pelas mulheres. E foi muito falado aqui uma coisa que a gente tem que encaminhar aqui também, é que os vigilantes não podem trabalhar sozinho. Vigilante trabalhando sozinho em escola, vigilante não pode trabalhar sozinho. Aqui está o Presidente do Sindicato, eu não sei se tem algum projeto nesse sentido. O vigilante não pode trabalhar sozinho, uma Polícia não trabalha sozinha, não é? Nós sabemos que a Polícia anda num carro com quatro, no mínimo. Então, para não alongar muito aqui, é isso, a classe do vigilante, na próxima reunião que tiver aqui tem que encher, os desempregados têm que participar mais. E que os Deputados Hermínio, Jesuíno, eles façam algum projeto que o governo também contrate esses vigilantes de uma forma indireta, emergencial. Porque nós sabemos que as empresas cobram um preço muito caro para os vigilantes e pagam pouco para eles. Era isso, uma boa-tarde a todos aí.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Jardel. Deputado Jesuíno agora para os encaminhamentos.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Vamos partir para os finais. Conversando com o meu Líder aqui, estava conversando com o Deputado Hermínio, quais são as Proposições. Cada fala nós extraímos algo de pertinente. Primeiro, a Comissão, eu quero até que seja lavrado isso, vai ser de acordo com o nosso Presidente o Deputado Hermínio. Essa Comissão Mista, composta, eu acredito que todos os que estão à Mesa, Deputado Hermínio, deveriam fazer parte dessa Comissão, se vocês estão de comum acordo, agregando aqui o Procurador Francisco, o senhor poderia estar presente? A gente também iria chamar nessa discussão o Tribunal de Contas, que eu acho que é pertinente Deputado Hermínio, eu acho pertinente; a Federação, os Bancos, eu acho que é importante eles participarem dessa discussão, eu acho importante. Diante também Deputado Hermínio, já no primeiro momento nessa Comissão Mista a gente pode se reunir, o Deputado Hermínio falou a cada 15 dias, já marcamos essa questão dos 15 dias que será levantado. Também nesse intervalo chamar o Governador do Estado de Rondônia através da SEDUC, a SEDUC já tem um relatório é isso? Um pré-relatório. Solicitar toda documentação da SEDUC, Deputado Hermínio, que estão já sendo levantados no prazo regimental de 15 dias o que foi levantado, até para a gente subsidiar também, colaborar com vocês; 120 dias a contar de hoje? A contar o dia 06 de junho a 120, finalizou o ano.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas, no caso, a intenção desse relatório é exatamente dizer para o Tribunal de Contas que o Tribunal de Contas está equivocado?

O SR. JESUÍNO BOABAI – O que se falou é o seguinte: que o Tribunal de Contas notificou o Estado, determinou que o Estado fizesse levantamento, para que fosse levantados os motivos referentes a questão do recurso público, a questão da contratação é isso? Qual é a determinação?

O SR. PAULO TICO FLORESTA – Deputado, deixa eu contribuir um pouquinho. O que se falou é exatamente o que o Tribunal de Contas pediu. É exatamente o que o Tribunal de Contas pediu. O Tribunal de Contas, Deputado, pediu, deu o prazo de 120 dias para fazer o estudo da viabilidade da volta dos vigilantes para as escolas, o que ela está falando é mais ou menos isso. É mais ou menos isso. Só para eu complementar depois a senhora fala, o que ela está dizendo ali o Tribunal de Contas nessa decisão, ele disse que o monitoramento eletrônico não está funcionando, que está causando vários prejuízos ao erário público e dizendo também que eles estão usando dinheiro do PROAF indevidamente, foi isso que o Tribunal de Contas quis dizer. O que se falou aqui, é que está fazendo esse estudo e que me parece que nesse estudo eles vão pontuar duas situações. A situação da Vigilância Patrimonial e também apresentar alguma coisa no sentido da Vigilância Eletrônica. Eu acho que na Vigilância Eletrônica vai ser perda de tempo, porque já existe Vigilância Eletrônica e não funciona. Então eles vão dizer “sim” ou “não”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas de qualquer maneira, eu também entendi mais ou menos assim, mas, de qualquer maneira é um direito que eles têm de fazer a defesa, sei lá, a justificativa. Não sei.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu já entendi. Mas o que é que nós podemos fazer?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, eu penso os seguinte. O Deputado Jesuíno está colocando aqui a questão, é questão dos Bancos, por exemplo, porque essa própria Comissão eu não sei se precisaria ser a mesma Comissão para que também cobrasse as Agências Bancárias, o pessoal dos Bancos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Nós vamos fazer.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Também o cumprimento. Exato. Mas eu não sei se necessariamente pode ser a mesma Comissão, porque a mesma Comissão que vai vê com o Governo essa situação de discutir a questão da volta da Vigilância às Escolas do Estado, com essa questão de cumprimento de Lei de Banco, eu não sei? Eu acho que isso aí o próprio Sindicato, conosco, com a Assembleia, a Vereadora e a Câmara a gente toma medidas para fazer,...

O SR. PAULO TICO FLORESTA – Ouviu Deputado, como eu falei na minha fala, a gente se coloca à disposição da Secretaria como a gente sabe como é que funciona o mecanismo, a gente tem alguma ideia, à gente se coloca à disposição, eu tenho certeza que o Sindicato das Empresas também estão à disposição para contribuir também com esse estudo de vocês, então, se vocês precisarem de nós para debater isso junto com vocês, para vocês concluírem esse estudo a gente vai estar à disposição. Está ok?

A SRA. JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO – Nós fazemos questão de que vocês façam parte desse estudo e que preliminarmente antes de apresentar ao Tribunal que a gente possa levar ao conhecimento de vocês.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Qual foi o prazo que a Secretária pediu?

A SRA. JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO – São 120 dias a partir do dia 6 de junho.

O SR. JESUÍNO BOABAID – 6 de junho? Não, tudo bem, a gente vai propor também, porque o Kid não está pegando, depois você registra. Eu acredito que por isso que tinha que sentar e anotando, depois o senhor ia fazendo o registro. Propor também expedição de recomendação Legislativa de forma constitucional, inclusive, nós temos na Constituição Estadual e no próprio Regimento, ao PROCON do Estado de Rondônia, que de imediato, de imediato comece a fiscalização em todas as instituições bancárias em cumprimento a Lei Estadual e Municipal, de imediato. Isso, eles têm o condão de já iniciar o procedimento já para tentar aplicar multa, aplicar o cumprimento da Lei. Com isso vai fomentar o emprego, viu Paulo Tico, isso aí já é de imediato.

O SR. PAULO TICO FLORESTA - Viu Deputado, só a título de informação até para os trabalhadores que estão aí. Quanto essa questão da Lei dos Bancos, dos vigilantes vinte e quatro

horas, nós já oficializamos já os órgão competentes, não só o PROCON, mas, como também o Ministério Público, Deputado, então, nós já oficializamos, e vamos reiterar e vamos cobrar. Agora assim, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Paulo Tico, só a título de informação, a título de conhecimento jurídico. Ministério Público, Fiscal da Lei, ele poderá ingressar com uma ação civil pública, assim como os Sindicatos, as Associações, a Defensoria Pública, o próprio Deputado Estadual, tem essa legitimidade posta no artigo 88 da Constituição Estadual. Então, o Ministério Público, vai chamar o quê? Quem tem hoje o poder de fiscalizar de imediato, é o PROCON, aplicabilidade já é de imediato. Ir lá dentro da instituição bancária, pegar: “Está tendo o cumprimento da Lei? Não”. Multa. E começa já o sistema de coação para aplicação da Lei. Agora o Ministério Público, paralelamente, ele pode entrar com uma ação civil pública, uma ação de obrigação de fazer, isso que o senhor também tem legitimidade através do seu sindicato de também entrar com as devidas ações pertinentes. É isso que eu queria novamente, Kid, registra, encaminhar recomendação Legislativa ao PROCON do Estado de Rondônia, para que cumpra a Lei, salvo engano é 28 mil, depois o Vereador Jair Montes, pode passar para você, cumpre a Lei Estadual e Lei Municipal, quanto à vigilância vinte e quatro horas nas instituições bancárias. Deputado Hermínio, tinha colocado, inclusive agência de Correios.

O SR. PAULO TICO FLORESTA – Cooperativas.

O SR. JESUÍNO BOABAID – E as cooperativas.

O SR. PAULO TICO FLORESTA – Ficou fora.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ficou fora, mas, todavia, tem muita instituição.

O SR. PAULO TICO FLORESTA – Já tem.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso vai gerar um emprego tamanho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim porque nós aprovamos aqui incluindo as cooperativas, e o pessoal principalmente do SICOOB vieram aqui choraram para caramba aqui no plenário, chorar para os Deputados. Inclusive tem uma agência aqui no distrito, e ele falou se for para manter vigilante lá vinte e quatro horas nessas agências, inviabilizava. Aí os Deputados entenderam que tirassem as Cooperativas fora, porque aí nós não íamos resolver nenhum problema nem outro, além de deixar, ia deixar era o povo lá sem agência nos distritos. Porque segundo eles, eles conseguiram comprovar aqui que teria era prejuízo se tivesse que ter despesa com segurança nos distritos, citou alguns distritos aqui, algumas comunidades mais afastadas. Mas, a gente achou...

O SR. DANIEL DA SILVA - Deputado, eu quero salientar aqui, que se for preciso fazer outra Audiência Pública, a gente vai rodar na base e vai trazer todos os vigilantes para cá.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Daniel, mas, eu espero que não seja preciso mais fazer Audiência Pública, nós temos que fazer com que esta Audiência aqui dê frutos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu queria também que a SEDUC encaminhe para nós um relatório de quanto era gasto no contrato anterior, real, assim sem..., quero com documentos probatórios, quanto era gasto com a vigilância no ano que foi anterior a suspensão. Queria também saber se está sendo aportado dentro desses recursos, recursos federais, se isso está sendo aportado, como foi levantado pelo Tribunal de Contas, para a gente estar subsidiado e calçado. E o ponto crucial que vai ter a ajuda de vocês, e aí acredito que o sindicato vai ter que fazer uma frente. Levantar em todas as escolas estaduais, eu falo estaduais, são mais de trezentas e cinquenta não é?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – 470.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Quatrocentos e? Quantas escolas nós temos hoje estaduais?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu acho que 470.

A SRA. JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO – 411.

O SR. JESUÍNO BOABAID – 411 escolas. E aí vocês entram em contado com os vigilantes de todos os municípios, para tentar fazer o levantamento ponto a ponto, de como esta à questão da criminalidade, como está sendo essa tratativa, viu Paulo Tico, a gente vai precisar disso do sindicato. Nós não temos mão de obra suficiente para fazer esse levantamento no Estado tão rápido. No mais o Deputado vai acrescentar, vai acrescentar o Paulo, aqui. Agora eu estava pensando o seguinte: ela falou também, quanto custa, a exemplo, hoje nós falamos muito das APPs, das parcerias público-privadas. Nós temos também, falava das terceirizações, nós temos que trazer também esse levantamento aí. Porque uma empresa, ela visa lucros, uma associação, não; exemplo, uma cooperativa. Então, tem que tratar todas essas discussões, para ver quanto que custa um vigilante para uma APP, uma Cooperativa, então, isso também, eu espero que seja..., o senhor pode explicar mais ou menos depois para a gente, as isenções nas normas que são aplicadas por essas instituições, se existe alguns incentivos, tudo isso. Não adianta a gente também fazer uma coisa aqui e não ter nenhum resultado. Eu sempre falo, eu não vou passar três horas aqui jogando conversa fora, detalhe, todas as Audiências que nós propomos aqui, eu posso dizer com muita propriedade, tiveram muitos resultados, resultados positivos. E aí eu posso lembrar e citar diversos casos, inclusive o Deputado Hermínio, participou de diversas ações. A gente tem que ser pontual, o povo está cansado de discurso bonito, o povo está cansado de muita fala e não prática. Eu ouvi a fala lá no companheiro dizendo sobre a Polícia Militar, a Polícia Militar tem sim os seus representantes, tiveram seus representantes, mas, a diferença dos demais para com os que estão aqui, é que eu vivenciei o outro lado, fui demitido; quando ele falou aqui emocionado que foi demitido, eu também fui demitido lutando por uma causa e sei o que é você olhar para os

seus filhos e não ter condições de prover aquilo que eles estão pedindo naquele exato momento, e a gente não vai entrar nesse mérito não, a gente quer partir para uma coisa prática. Deputado Hermínio, já marcamos, aí o senhor que vai conduzir, o senhor que é o Presidente, uma nova reunião para a gente já chamar os demais direcionamentos, e por último eu queria que fosse assentado, eu queria que tivesse uma reunião com o Governador, aí o senhor ainda como não é oposição vamos sentar com ele e discutir.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, eu não sou oposição do Daniel, essa comissão eu já chamaria uma reunião com o Daniel com essa comissão, lá com o Governador. Aqui antes de a gente definir a comissão, essas escolas Lydia Johnson, Luis Teixeira, Eloísa Bentes falaram que têm vigilantes lá, como é que é, é um contrato, como é que é?

A SRA. JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO – A Escola Lydia Johnson tem um vigilante porque naquele local estão sendo guardados os ônibus da SEDUC, então o vigilante...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas a SEDUC tem contrato de vigilância então? Ainda tem?

A SRA. CAMILA LIMA RIBEIRO – Tem um contrato que atende apenas unidades administrativas aqui de Porto Velho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas, por exemplo, se a SEDUC precisasse e quisesse contratar alguns vigilantes e ampliar os vigilantes dentro desse contrato poderia? Não?

A SRA. CAMILA LIMA RIBEIRO – Dentro desse não tem mais como aditivar, porque já passou o limite de 25%.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas, tem uma lei que aprovamos aqui na Assembleia que vocês podem gastar 28%, não tem o dinheiro, mas pode gastar até 28% com a educação.

O SR. PAULO TICO FLORESTA – É 25, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É 28%, já autorizou, o Estado pode gastar até 28%, 25% é o mínimo por lei, tem que gastar no mínimo 25%, se ele quiser gastar 40%, e aqui no Estado de Rondônia nós já autorizamos 28%, está na lei em Rondônia, infelizmente não tem é o dinheiro, o Estado não tem 28% ainda...

A SRA. JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO – Deputado, esse limite que nós estamos nos referindo é o limite máximo permitido na lei para aditivo contratual, esse valor do aditivo de 25% já foi aditivado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu sei, que o contrato é aditivo, é outra coisa, não tem a ver com...

A SRA. JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO - É outra coisa, não tem a ver com a lei dos 25% que a gente já utilizou.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Vou fazer uma pergunta, o PROAF foi vetado lá, inclusive foi autoria de uma emenda minha quanto à guarda de portaria, era uma tentativa para gerar fluxo de emprego, o Tribunal de Justiça foi lá e julgou inconstitucional por arrasto de uma outra lei do Deputado Hermínio que tratava sobre a contratação de professor, fez mesmo uma cena, até inclusive com uma emenda aqui, eu pergunto: hoje com essas novas leis, aí eu vou fazer para o Procurador, essas novas normas aí de terceirização, não pode estudar uma viabilidade de fazer uma contratação mediante ao PROAF, as APPs? Poderia se buscar essa legalidade? Só estou perguntando, contratação direta por empresa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Estado já está autorizado.

A SRA. JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO – Deputado, a Escola Anísio Teixeira que também está com vigilante não se trata de uma escola em funcionamento letivo, é a antiga obra da escola Jorge Teixeira que estava sendo roubada, questões da obra, lá não funciona nenhuma escola.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim. Eu estava perguntando isso porque se já tivesse o contrato poderia, se quisesse, se tivesse dinheiro e se pudesse nem precisava licitar no caso, poderia aproveitar esse, mas no caso vocês estão dizendo que não. A comissão, Paulo, podia ser formada por você, pelo Daniel representando a comissão dos nossos vigilantes desempregados, você o sindicato; a Ada e o Vereador Jair representando a Câmara, nós aqui eu e você representando a Assembleia e colocaria, a SEDUC, porque essa comissão era exatamente para discutir com o governo e principalmente com a SEDUC, é lógico, a primeira agenda que nós íamos fazer é exatamente com o Daniel, a primeira agenda que nós íamos fazer, a minha intenção a primeira conversa que a comissão pode fazer com o Daniel para a gente ouvir o meu amigo Daniel, para ouvir dele mesmo, porque eu tenho certeza que ele é favorável porque ele já falou para mim que é favorável, aí a questão legal, essas questões de como a gente conseguir a legalidade e poder também, se tem, enfim aí é outro departamento.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA DA FONSECA – Eu só queria fazer uma observação, o serviço de vigilância é legalizado através da Lei 7.102, Portaria 3233, e nós estamos com Estatuto da Segurança Privada no Senado, vai ser votado a qualquer momento e ele traz muitas inovações com relação ao nosso segmento e isso inclusive, a votação do Estatuto é consenso do trabalhador, do empregador e da Polícia Federal. Então eu sugiro Deputado, que seja feita uma reunião e solicitada aqui à presença do Delegado da DELESP, que é a Delegacia que cuida da segurança privada, para que ele seja notificado de que existe uma lei estadual, obrigando, que obriga as instituições a terem postos 24 horas, até porque essa fiscalização, no caso eles têm um plano de segurança, que deve..., é obrigatoriamente apresentado pelos bancos, eu acho que poderia...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Essas questões aí, são questões de legislação, igual à lei dos Bancos, foi o Sindicato que trouxe para o nosso Gabinete e nós encaminhamos.

Tudo o que você tiver, Presidente, pode trazer para o nosso Gabinete porque isso aí não precisa de Comissão, a gente encaminha questão de legislação aqui.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA DA FONSECA – Não, exatamente; mas eu acho que quando é encaminhado através de uma Comissão desta Casa, ele vai ter um poder maior.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, mas eu estou falando aqui, essa Comissão aqui é para ser criada especificamente para ver essa questão do retorno da vigilância para as escolas do Estado. Essa Comissão seria criada especificamente; não vamos misturar coisa não, porque deixar ela específica só para correr atrás dessa questão, de discutir essa questão das escolas. É uma discussão como é que vai voltar, quando é que vai voltar, se vai voltar gradativamente, que tem que ser gradativamente, dificilmente o Estado vai voltar de uma vez, dando prioridade, discutindo onde é mais necessário. Essa questão do valor pode ser cinquenta, pode ser trinta, o que é que o Estado tem para investir? São dez milhões? Com dez milhões dá para contratar quantos vigilantes? Fica assim, a Comissão, Deputado Jesuíno, eu e Vossa Excelência aqui pela Assembleia, a Ada, o sindicato patronal está bom. Eu acho que está ok e o pessoal do Governo, da SEDUC participa naturalmente, não é doutora? Mas o Tribunal de Contas nós vamos convidá-lo nas reuniões, não precisa ele colocar um membro na Comissão; chamamos nas reuniões, a gente convida, está bom assim Presidente do Sindicato, Paulo Tico? O nosso Procurador também, a Procuradoria, ela na hora da reunião com o Executivo, a Procuradoria vai estar presente não é isso, Procurador? Não precisa, é, tem que estar. Então eu acho que é isso, não é? Essa Comissão, a gente já vai..., depois o pessoal já assina; a gente até poderia fazer uma reunião na segunda-feira aqui e a gente já assumiria a responsabilidade de já achar essa agenda com o Governo, principalmente com o Daniel Pereira junto e aí ele vai chamar a SEDUC, vai chamar a Procuradoria no dia, para a gente fazer uma discussão maior.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência Pública, convidando a todos, tem um lanche aí no Salão Nobre, convidamos a todos para fazerem um lanche. Está bom, pessoal? Um abraço e Deus que abençoe a nossa Audiência para que ela dê frutos para a população.

(Encerra-se esta A. P. às 18 horas e 03 minutos).

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 465/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias no período de 12 a 18/07/2018, aos servidores relacionados, conforme Processo nº. 00010174/2018-85.

Matrícula: 200164296
Nome: Aparecido Alexandre do E. Santo
Cargo: Asses. Militar
Lotação: Sec. de Seg. Instituc

Matrícula: 200163567
Nome: Dejacy dos Santos Rocha
Cargo: Asses Militar Esp.
Lotação: SeC. de Seg. Institucional

Matrícula: 200164237
Nome: Pedro Geovar R. Junior
Cargo: Asses Técnico
Lotação: Div. de Insv. I. e C. Operacional

Porto Velho - RO, 16 de Julho de 2018.

Maurão de Carvalho
 Presidente

Arildo Lopes da Silva
 Secretário Geral

ATO Nº1636/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

OLICEIA GNAIZE FERNANDES CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete do Deputado Jean Oliveira, código DGS-1, a contar de 06 de julho de 2018.

Porto Velho, 11 de julho de 2018.

Maurão de Carvalho
 Presidente

Arildo Lopes da Silva
 Secretário Geral

ATO Nº1682/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

D E S I G N A R

A servidora **NATALY GOMES MALDONADO DANTAS**, matrícula nº 200163133, Assessor Técnico, como Gestora do Contrato nº 12/AG/ALE/2018, a contar de 12 de julho de 2018.

Porto Velho, 16 de julho de 2018.

Maurão de Carvalho
 Presidente

Arildo Lopes da Silva
 Secretário Geral

ATO Nº1683/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

D E S I G N A R

O servidor **MARCINEI VIANA DA SILVA**, matrícula nº 200164487, Chefe de Divisão, como Fiscal do Contrato nº 12/AG/ALE/2018, a contar de 12 de julho de 2018.

Porto Velho, 16 de julho de 2018.

Maurão de Carvalho
 Presidente

Arildo Lopes da Silva
 Secretário Geral

SECRETARIA GERAL

ATO DA SECRETARIA GERAL Nº 011/2018- SG

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com base no inciso XV do § 1º do Art. 15 do Ato nº09/2015- MD/ALE, de 11 de novembro de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o expediente externo nos setores Administrativos da Assembleia Legislativa, no período compreendido entre os dias 23 a 27 de julho de 2018, **retornando ao expediente normal dia 30 de julho de 2018.**

Este Ato entra em vigor no dia de sua publicação.

Porto Velho, 9 de julho de 2018.

ARILDO LOPES DA SILVA
 Secretário Geral- ALE/RO

De acordo

DEP. MAURÃO DE CARVALHO
 Presidente - ALE/RO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ATO Nº 005 MD-SPO/2018

Porto Velho, 16 de julho de 2018.

Abre no Orçamento-Programa Anual da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.149.110,03 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.-

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei nº 4.231, de 28 de dezembro de 2017, § 1º, do artigo 8º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar para atendimento de Despesa Capital, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
REDUZ				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3.3.90.39	100	1.149.110,03
TOTAL				1.149.110,03

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
SUPLEMENTA				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.2013.1204	CONSTRUIR E IMPLANTAR A NOVA SEDE DO PODER LEGISLATIVO	4.4.90.30	100	1.149.110,03
TOTAL				1.149.110,03

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante acima especificado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

Mauro de Carvalho
Presidente